

**EDITAL**

<b>Pregão Eletrônico nº 243/2025</b>		<b>Data de Abertura:</b> 25/02/2026 às 09:00h <b>www.gov.br/compras/pt-br</b>	
<b>Nº do PE no compras.gov.br:</b> 902432025		<b>UASG:</b> 925302	<b>Nº do Proc.:</b> 23.901.000036.2025
<b>Objeto:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E DE HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS			
<b>Órgão Requisitante:</b> CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB/FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS			
<b>Valor Total Estimado:</b> R\$ 1.576.453,79 (um milhão quinhentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos), proveniente da aplicação do percentual de desconto de <b>33,02% (trinta e três inteiros e dois centésimos por cento)</b> sobre o valor de R\$ 2.353.618,68 (dois milhões trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos).			
<b>PREGÃO ELETRÔNICO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA</b>			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria?</b>	<b>Amostra?</b>	
NÃO	NÃO	NÃO	
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Critério de Julgamento das Propostas?</b>	
NÃO	NÃO	MAIOR DESCONTO	
<b>Modo de Disputa:</b> ABERTO-FECHADO		<b>Critério de Aceitabilidade de Preços:</b> UNITÁRIO DO ITEM	
<b><u>DESTAQUES</u></b>			
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo PERCENTUAL DE DESCONTO.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			



**EDITAL**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Página 2 de 26



Assinado com senha por [SAD103015] [SENHA] WANESSA MARIA DE PAULA DA SILVA VIANA e [SAD73770] [SENHA] JESSICA CECILIA DE ALBUQUERQUE ARAUJO em 02/02/2026 - 11:08hs.  
Documento Nº: 10069083-6478 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10069083-6478>



SADDIN202603654A

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 3.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 3.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 3.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 3.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 3.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
  - 3.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
  - 3.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
  - 3.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
  - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.1.1. Valor do PERCENTUAL DE DESCONTO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;
    - 4.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 4.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência.
- 4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 4.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo PERCENTUAL DE DESCONTO do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.10.6. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita





Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  - 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
    - 5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - 5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
    - 5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - 5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
  - 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    - 5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
    - 5.18.2.2. empresas brasileiras;
    - 5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.

5.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União  
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)  
;

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União  
(<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU  
([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO))  
;

6.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>);

6.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.1.2.; 6.1.3.; 6.1.4. e 6.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



- 6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

## **7. DA PROPOSTA ADEQUADA**

- 7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 7.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.7. Além das informações exigidas no item 4 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
- 7.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- 7.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;
- 7.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- 7.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;
- 7.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.



- 7.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
- 7.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;
- 7.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbre pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 7.7.8. No caso da incidência de ICMS:
- 7.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
- 7.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
- 7.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- 7.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se a todo o conteúdo do Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 7.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

## **8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

- 8.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.2.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:

8.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de



habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.11. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 9.12. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.





- 9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023, art. 39, §4º):
- 9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.
- 9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.18. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 9.18.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**
- 9.18.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.18.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.18.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.18.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.



- 9.18.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.18.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.18.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.18.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.18.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 9.18.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 9.18.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.18.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista**
- 9.18.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.18.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.18.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.18.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.18.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**9.18.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

9.18.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.18.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.18.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

9.18.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.18.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.18.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.18.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.18.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.18.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**9.18.4. Relativos à Qualificação Técnica:**

9.18.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**9.18.5. Disposições gerais sobre habilitação**

9.18.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



9.18.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.18.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.18.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.18.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.18.6. Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

f.1. ata de fundação;

f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.18.7. Documentos Complementares:**

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

**9.18.8. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:**



a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;





- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 11.7. e 11.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 11.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



## **12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [gelic05@centraldecompras.pb.gov.br](mailto:gelic05@centraldecompras.pb.gov.br).
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DO CONTRATO**

- 13.1. Encerrado o procedimento licitatório, o processo será encaminhado ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB/FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS, para a elaboração do respectivo Termo de Contrato, se for o caso, conforme minuta em anexo, cujo adjudicatário será convocado para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital, e de conformidade com a proposta aceita, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 13.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 13.1.3. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 13.1.4. Se o licitante vencedor, convocado regularmente, não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 13.1.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 13.1.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



13.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

13.4. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13.4.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

13.5. O contrato e/ou empenho decorrentes da presente licitação alcançados pelo Decreto Estadual nº 37.237, de 2017 serão efetuados utilizando-se o valor do preço líquido calculado conforme o parágrafo único do art. 3º do referido decreto, demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

13.6. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13.7. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### **14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.



- 15.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 15.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 15.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 15.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 15.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br/](http://www.centraldecompras.pb.gov.br/).
- 15.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados se seus respectivos quantitativos
- 15.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Relação de Viaturas Previstas



- 15.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Endereços dos Locais Administrados pelas CRBM's
- 15.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 15.15.3. ANEXO III – Modelo da proposta de preços
- 15.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco
- 15.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME – EPP
- 15.15.6. ANEXO VI - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço
- 15.15.7. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

**Wanessa Maria de Paula da Silva Viana**  
Responsável pela Elaboração do Edital

**Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo**  
Responsável pela Revisão do Edital





**TERMO DE REFERÊNCIA**

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

ÓRGÃO REQUISITANTE: CBMPB/FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS

PROCESSO Nº 23.901.000036.2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO PBDoc Nº CBM-PRC-2025/00222

PROCESSO INTERNO CBMPB Nº 036/2025

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, corretiva e de higienização de veículos, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A frota do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) é composta por diversos modelos de viaturas. São consideradas viaturas operacionais do CBMPB todos os veículos que transportam os bombeiros militares e/ou equipamentos para diversas ocorrências, incluindo os de uso aquático, como barcos, botes infláveis, motos aquáticas, entre outros.
- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a presente contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, corretiva e de higienização de veículos, terrestres e aquáticos, com a finalidade de alcançar maior presteza e eficiência na realização de serviços afetos a conservação da frota de veículos do CBMPB, primando-se pela otimização da qualidade no trato com o bem público com estreita observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e economicidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a justificativa pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAUJO BEZERRA em 22/12/2025 - 13:06hs.  
Documento Nº: 9783055-7207 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9783055-7207>



CBMDIN202503487



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

- 4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e observado a legislação:

- 4.1.1 Adoção de critérios ambientais, sociais e econômicos nas contratações, considerando todo o ciclo de vida dos produtos ou serviços;
- 4.1.2 Preferência por produtos e serviços que apresentem menor impacto ambiental e social;
- 4.1.3 Estímulo à inovação tecnológica e à adoção de práticas sustentáveis pelos fornecedores;
- 4.1.4 Transparência e publicidade nas contratações, incluindo a divulgação dos critérios de seleção e avaliação dos fornecedores;
- 4.1.5 Soluções que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

#### **Subcontratação**

- 4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato.

- 4.3 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.4 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

- 4.6 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.





## **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1 Para o fornecimento dos bens pretendidos os interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021 e as condições que vierem a ser dispostas no Termo de Referência.

5.2 A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (concessionárias e oficinas automotivas) ao longo do território paraibano, sendo ao menos uma multimarca em cada cidade administrada pelas unidades Bombeiro Militar subordinadas aos Comandos Regionais. Sendo as multimarcas na região do 1º Comando Regional Bombeiro Militar – 1º CRBM com sede na cidade de João Pessoa/PB com responsabilidade sobre 11 municípios, no 2º CRBM com sede em Campina Grande/PB com responsabilidade sobre 76 municípios, no 3º CRBM com sede em Patos/PB com responsabilidade sobre 88 municípios e na região do 4º CRBM com sede em Guarabira/PB com responsabilidade sobre 56 municípios e em todo Território Nacional, para abranger, quando for o caso, pesquisas de preços no sistema informatizado da Contratada, conforme o item 4.3. do Estudo Técnico Preliminar, devendo, além disso, promover o credenciamento de outro, a pedido da Contratante, de acordo com as necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesse público para o zelo (patrimônio) e a perfeita trafegabilidade dos veículos terrestres e aquáticos.

5.2.1 **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** – compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis e máquinas rodoviárias, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da Contratante;

5.2.2 **MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PESADA** – Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de veículos e máquinas rodoviárias, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo e máquinas, além de preservar a segurança de pessoas e materiais;

5.2.3 Reboque de veículos e máquinas rodoviárias (assistência 24 horas) em caso de acidente ou pane, em território nacional, sem franquia quilométrica;

5.2.4 Aspiração, lavagem, e estacionamento, serviços conexos à manutenção do zelo e preservação do bem material, serviços contratados conforme a necessidade do CBMPB. Acertos promovidos entre Contratante e Contratada;

5.2.5 Treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta, a serem realizados na instalação do Quartel do Comando Geral (QCG) do CBMPB, em João Pessoa/PB num prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais dos usuários;

5.2.6 A Contratada deverá tornar disponível à Contratante, sistema em ambiente WEB, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

5.2.6.1 Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;

5.2.6.2 Recebimento de orçamento on-line/real time;

5.2.6.3 Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;

5.2.6.4 Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;

5.2.6.5 Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;



- 5.2.6.6 Sistemas Integrados de Informações, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais;
- 5.2.6.7 Sistemas Tecnológicos Integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparação e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da Contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administra;
- 5.2.6.8 Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional, e em especial, nas cidades das regiões citada pela Contratante no item 5.2.
- 5.2.6.9 Banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados e despesas de manutenção de cada um dos veículos e máquinas rodoviárias da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço.
- 5.2.7 Os serviços que compreendem o gerenciamento e a administração da frota de veículos do CBMPB, envolvendo manutenção em geral (preventiva e corretiva) e limpeza ecológica dos veículos, com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios, deverão obrigatoriamente incluir, entre outros, os seguintes itens:
- 5.2.7.1 Manutenção mecânica preventiva, corretiva e com garantia de fábrica.
- 5.2.7.2 Manutenção mecânica e elétrica incluindo os motores de popa.
- 5.2.7.3 Serviço de lanternagem, funilaria e reparos em estruturas de fibra de vidro ou outras estruturas das embarcações.
- 5.2.7.4 Serviço de pintura.
- 5.2.7.5 Serviço de tapeçaria.
- 5.2.7.6 Serviços de alinhamento, câster, cambagem, desempenho de rodas, balanceamento simples e computadorizado.
- 5.2.7.7 Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva.
- 5.2.7.8 Serviços de manutenção de ar-condicionado automotivo.
- 5.2.7.9 Fornecimento de toda e qualquer peça ou produto necessários ao uso regular do veículo, inclusive ARLA 32 para veículos pesados.
- 5.2.7.10 Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo.
- 5.2.7.11 Fornecimento de placas de identificação veicular.
- 5.2.7.12 Serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares luminosos e sonoros.
- 5.2.7.13 Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões do CBMPB, inclusive com fornecimento de material adesivo utilizado nos veículos.
- 5.2.7.14 Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, com fornecimento de pneus.
- 5.2.7.15 Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar.
- 5.2.7.16 Lavagem ecológica de veículos.



- 5.2.7.17 Serviços de reparo ou substituição de elementos integrantes da superestrutura das viaturas do CBMPB como: carrocerias (ferro, madeira, alumínio e etc.), tanques de água (ferro, aço, polímeros, alumínio e etc.), escadas hidráulicas (óleo), sistemas hidráulicos (óleo), plataformas hidráulicas (óleo) entre outros;
- 5.2.7.18 Serviços de reparo ou substituição dos elementos do sistema hidráulico (água) de combate a incêndio das viaturas do CBMPB como: Bombas de incêndio (água), tubulações de água, registros ou válvulas de abertura e fechamento para passagem de água, caixas de transferência ou tomada de força para acionamento da bomba de incêndio entre outros;
- 5.2.7.19 Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste Termo de Referência, seja necessário ao perfeito reparo do veículo, assim como esteja determinado em manual do veículo ou recomendado pelo manual do fabricante.
- 5.2.7.20 A prestação dos serviços e fornecimento de peças, acima descritos, são para utilização da atual frota oficial gerida pela Seção de Transportes da DAL/CBMPB, extensivo para veículos que venham a ser acrescidos, substituídos, cedidos ou que encontrem amparo por meio de acordos de cooperação técnica firmados com outros órgãos da Administração Pública.
- 5.2.7.21 Os prazos para execução dos reparos necessários nos veículos, devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenção preventiva) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da comunicação do Fiscal do Contrato.

#### **Obrigações da contratada**

- 5.3 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 5.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.5 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 5.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.7 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.8 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 5.9 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;



- 5.10 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 5.11 Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 5.12 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 5.13 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 5.14 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 5.15 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 5.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.19 Implantar no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, os serviços de administração e gerenciamento dos gastos da frota de veículos do CBMPB, com fornecimento de sistema informatizado destinado à administração dos serviços.
- 5.20 Os serviços de implantação pela CONTRATADA, referidos no item anterior, compreendem:
- 5.20.1.1 Cadastramento inicial dos veículos e usuários.
  - 5.20.1.2 Estudo da logística da rede de atendimento.
  - 5.20.1.3 Repassar ao CONTRATANTE toda estrutura de gestão.
  - 5.20.1.4 Destinar os valores de créditos aos veículos.
  - 5.20.1.5 Implantação dos sistemas tecnológicos.
- 5.21 Tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, dar treinamento aos portadores dos referidos instrumentos periféricos do sistema destinados aos veículos, dentro do Estado da Paraíba/PB, bem como orientá-los sobre a correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.
- 5.22 Possuir e manter durante toda a vigência do Contrato, no Estado da Paraíba/PB rede credenciada com capacidade de operação imediata.
- 5.22.1 A rede credenciada deverá conter no mínimo 3 (três) oficinas capazes de atender, fornece orçamento e prestar manutenção, nas marcas de veículos que compõem ou venham a compor a frota do CBMPB.





Caso a rede credenciada não conte com o mínimo referido neste item, a CONTRATADA deverá ampliá-la e disponibilizá-la ao CONTRATANTE.

- 5.23 Os serviços deverão ser realizados através de profissionais qualificados, em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia, sendo que não serão aceitas reincidências de defeito, com repetidos retornos às oficinas, por serviços já executados, ficando desde já estabelecido que a CONTRATADA deverá apresentar justificativas por escrito dos problemas geradores das reincidências, sob pena de sofrer as sanções previstas neste Termo de Referência.
- 5.24 Possibilitar a identificação dos chefes de manutenção, motoristas e condutores responsáveis pelas compras na rede de estabelecimentos comerciais da CONTRATADA, mediante senha pessoal.
- 5.25 Ampliar e disponibilizar rede de estabelecimentos credenciados, mediante solicitação pela gestão de contrato do CBMPB, sempre que houver condições para tal, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento do referido pedido.
- 5.26 Reembolsar pontualmente a rede de estabelecimentos credenciados, pelo valor efetivamente consumido, ficando claro que o CBMPB não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.27 Providenciar a correção das deficiências apontadas pela Seção de Transportes da DAL/CBMPB quanto à execução dos serviços contratados, especificamente sobre a responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.27.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos produtos e serviços oferecidos pela rede credenciada de estabelecimentos.
- 5.28 Providenciar, sempre que solicitado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, por intermédio da gestão de contrato do CBMPB, o credenciamento de algum novo estabelecimento, caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou, ainda, caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro da realidade de mercado ou ainda por quaisquer outras questões técnicas.
- 5.29 Possibilitar migração de todos os dados constantes em sua base de dados referentes aos veículos da Contratante, com vistas à alimentação de banco de dados da própria Contratante.
- 5.30 Apresentar lista de sua rede credenciada, que deve ser capaz de atender a todas as espécies, tipos, marcas e modelos de veículos descritos no Anexo II e nas demais especificações contidas no presente Termo de Referência, mantendo-a sempre atualizada.
- 5.31 O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão, em mídia editável compatível com Excel/Microsoft e Word/Microsoft, de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas com serviços gerais de oficina mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, retífica, vidraçaria, capotaria, estofamento, lubrificação, reparação de acessórios utilizados nos veículos, fornecimento de baterias, de extintores de incêndio, plotagem, adesivagem, peças em geral, lavagem ecológica e tudo mais descrito neste Termo de



Referência, que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores e embarcações, possibilitando o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

- 5.32 A CONTRATADA deverá fornecer acesso para os Gestores de Frota e Chefes de Manutenção, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pelo CONTRATANTE.
- 5.33 A CONTRATADA deverá facultar ao CONTRATANTE dentro do sistema a possibilidade de adquirir peças diretamente de distribuidores credenciados, reduzindo custos com aquisição.
- 5.34 Deverá ser fornecida, sem nenhum custo adicional para o CONTRATANTE, ferramenta capaz de possibilitar que os gestores realizem, on-line, consulta à tabela de preços do fabricante de cada peça desejada, assim como consulta às tabelas de tempo de mão de obra padrão, extremamente necessária para fiscalização dos orçamentos apresentados pelas oficinas credenciadas. O Sistema deverá ser composto por módulos de orçamentos e de consulta rápida de preços de peças.
- 5.34.1 Os preços das peças deverão ser atualizados no máximo mensalmente, ou de acordo com as alterações de preços das peças pelos fabricantes de cada marca, não sendo aceito valor diferente, caso não seja apresentada a atualização de tabelas, valendo para fins de aceitação do orçamento, o valor constante na última tabela apresentada.
- 5.34.2 O Sistema deverá possibilitar ao CONTRATANTE, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, aquisição de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo e de embarcações solicitado, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins.
- 5.34.3 O sistema deverá possibilitar a realização de manutenção preventiva, corretiva e outras prestações de serviços, inclusive manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar o CONTRATANTE com relação aos veículos com garantia de fábrica, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas.
- 5.34.4 A CONTRATADA deverá exigir da rede credenciada que execute fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pelo CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços e desde que aprovados pelo CONTRATANTE.
- 5.34.5 A CONTRATADA deverá manter credenciamento de, no mínimo, um fornecedor de peças e serviços especializado nas marcas MOTOROLA, RONTAN, ENGESIG e de outras empresas que venham a ser contratadas, que equipam os veículos em seus sistemas de iluminação, devendo credenciar outras marcas que porventura venham a equipar os veículos da frota do CBMPB, sendo que os valores pagos deverão ser objeto de consulta ao mercado, na data da necessidade, considerando que trata-se de serviço/material cuja disponibilidade está restrita aos credenciados pelo fabricante de cada marca.



- 5.34.6 A CONTRATADA deverá manter credenciamento de, no mínimo, um fornecedor de peças e serviços especializado em estruturas e superestruturas de viaturas para Bombeiros bem como manutenção e reparos em bombas de combate a incêndio, sendo que os valores pagos deverão ser objeto de consulta ao mercado, na data da necessidade, considerando que trata-se de serviço/material cuja disponibilidade está restrita.
- 5.34.7 Os valores dos serviços, peças, componentes e materiais serão informados quando da elaboração dos orçamentos pelas oficinas cadastradas no sistema via web, para análise e aprovação pelo CONTRATANTE, e nunca poderão ser superiores àqueles constantes nas tabelas de preços do fabricante da marca, sob pena de não aceitação e necessidade de reformulação do orçamento. Quando for apresentado orçamento para substituição de peças, esse deverá conter código, descrição, marca, quantidade, valor unitário e total.
- 5.34.8 Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela oficina conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da CONTRATADA, e respectiva autorização pelo gestor designado pelo Contratante, que se pronunciará após análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

**Condições de execução**

- 5.35 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.36 Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias a contar da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas -PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.37 A execução do objeto deverá ser cumprida conforme o Item 4.2. e seus subitens (4.2.1. à 4.2.8.);
- 5.38 A frota do órgão corresponde aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) veículos, podendo sofrer variações para mais ou para menos durante o contrato;
- 5.39 Os Relatórios do sistema informatizado de gerenciamento dos serviços disponibilizado pela CONTRATADA deverão conter no mínimo:
- 5.40 Relação dos veículos por marca, modelo, ano fabricação, placa entre outras informações conforme presente no ANEXO II deste instrumento;
- 5.41 Sistema de controle de frotas
- 5.41.1 A CONTRATADA disponibilizará acesso ao CONTRATANTE a um sistema de controle de frotas.
- 5.41.2 A Seção de Transportes da DAL/CBMPB se compromete a estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao sistema de controle de frotas a cada unidade, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.
- 5.41.3 Os relatórios disponibilizados pelo sistema deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:
- 5.41.3.1 Relação dos veículos por marca, modelo, prefixo, ano de fabricação e motorização;



- 5.41.3.2 Histórico das operações realizadas pela frota, contendo data, horário, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida, valor unitário, valor total da operação e saldo;
- 5.41.3.3 Quilometragem percorrida por cada veículo;
- 5.41.3.4 Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela Gestão do Contrato do CBMPB;
- 5.41.3.5 Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- 5.41.3.6 Preço pago pelas mercadorias/serviços adquiridos;
- 5.41.3.7 Descritivo dos limites de crédito distribuídos aos veículos ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação;
- 5.41.3.8 Volume de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço; e
- 5.41.3.9 Discriminação completa dos serviços prestados no período.
- 5.41.4 O sistema deverá possibilitar a consolidação de dados, permitindo a emissão de relatórios na base de gerenciamento.
- 5.41.5 O sistema deve possibilitar a autogestão da manutenção preventiva e corretiva dos veículos, pelo CBMPB, compreendendo as etapas de:
  - 5.41.5.1 Abertura de Ordem de Serviço com descritivo do serviço a ser feito;
  - 5.41.5.2 Apresentação de orçamento por estabelecimentos credenciados;
  - 5.41.5.3 Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação do veículo e respectiva unidade responsável, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponível para a Seção de Transportes da DAL/CBMPB;
  - 5.41.5.4 Processo de consolidação de dados e de emissão de relatórios para a Seção de Transportes da DAL/CBMPB pela internet;
  - 5.41.5.5 Consulta da rede de estabelecimentos credenciados especializados em serviços técnicos de manutenção de veículos (incluindo serviços de alinhamento e balanceamento), inclusive concessionárias dos fabricantes dos veículos;
- 5.42 Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador – servidor autorizado da Contratante – mediante opções de execução oferecidas (menus);
- 5.43 A Contratada deverá ofertar serviços destinados a gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso ao sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas da Contratante no escopo do objeto do contrato, e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de viatura da Contratante;
- 5.44 A Contratada deverá tornar disponíveis sistemas tecnológicos de intendência, fornecendo serviços de gerenciamento informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, dentre outros:



- a) Ampla rede de concessionárias e oficinas conveniadas MULTIMARCAS em todo o território do Estado da Paraíba, e ao menos uma em cada cidade citadas no item 5.2, equipadas para aceitar transações de usuários do sistema;
  - b) Implantação de sistema integrado, em ambiente web, para veículos e equipamentos componentes da frota, proporcionando um controle eletrônico dos serviços de manutenção prestados pelas conveniadas;
  - c) Controle informatizado de sistemas integrados de gestão de frotas possibilitando à Contratante a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de manutenção da frota, da qualidade dos serviços prestados, bem como total dos gastos envolvidos, para o controle e gestão das informações sobre os veículos e máquinas cadastrados, identificação toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção e aquisição de peças originais;
- 5.45 A Contratada tornará disponível acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, cadastrando todos os veículos que a integram;
- 5.46 O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, identificação toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção e aquisição de peças originais;
- 5.47 O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a 04 (quatro) horas úteis;
- 5.48 Será considerado como USUARIO a Contratante, sendo designados servidores responsáveis pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos qual a Contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso;
- 5.49 O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela administração;
- 5.50 A contratada deverá CREDENCIAR oficinas, sempre que possível, nas imediações da Contratante;
- 5.51 A Contratada deverá credenciar e tornar disponível outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos e máquinas da Contratante, em todo território nacional e em especial nos Municípios informados pela Contratante, sempre que houver interesse da mesma, observados os critérios estabelecidos neste Termo de Referência. O prazo para credenciamento será de 03 (dias) uteis, a contar da solicitação da unidade gestora;
- 5.52 As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos genuínos/originais;
- 5.53 Os estabelecimentos da rede credenciada da Contratada deverão fornecer ao usuário do serviço, comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, da data, bem como identificação da credenciada;



- 5.54 As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos e máquinas;
- 5.55 As oficinas e concessionárias integrantes da rede pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:
- a) 08(oito) meses para as peças repostas e instaladas nas oficinas conveniadas pela Contratada onde, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is) faturada(s);
  - b) 30 (trinta) dias para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) faturada(s);
  - c) Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, exceto alinhamento de direção, cambagem e balanceamento que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 01 (um) ano;
- 5.56 As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima;
- 5.57 Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a Contratante, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:
- 5.58 Substituir o material defeituoso;
- a) Corrigir defeitos de fabricação;
  - b) Trocar o material, no prazo de até 15(quinze) dias corridos, a contar da data de comunicação pela Contratante.
- 5.59 Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionários conveniados pela Contratada, estarão sujeitos à aceitação pela Contratante, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso;
- 5.60 Na hipótese prevista no item acima, as oficinas e as concessionárias conveniadas pela Contratante, obrigar- se- o a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar providências tão logo seja comunicado à contratada a não aceitação pelo Fiscal do Contrato;
- 5.61 No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo e máquina que não seja contemplada com código da montadora (número da peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do fiscal designado pela Contratante;
- 5.62 Fiscalização de preços ficará a cargo do fiscal designado pela Contratante, devendo a Contratada garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista;
- 5.63 A base de cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento, cambagem e balanceamento e outros deverão ser de acordo com o tempo para execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo e máquina (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço);



- 5.64 Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela Contratante, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente;
- 5.65 Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviço;
- 5.66 O sistema web da Contratada deverá promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos, máquinas e respectivos usuários.
- 5.67 A Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da Contratada, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzem de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida;
- 5.68 A contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o(s) fiscal(is) serão feitos por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.
- 5.69 A Contratada deverá fornecer as garantias e segurança do sistema conforme a seguir:
- a) A autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;
  - b) O bloqueio do uso da senha deverá ser on-line e a partir da base operacional definida pela contratante, mediante senha/rotina específica;
  - c) Troca periódica ou validação da senha pessoal;
  - d) Cancelamento de senha somente pela unidade autorizada, definida pela Contratante;
  - e) O uso indevido de senha do veículo não autorizada, cancelada ou bloqueada pela Contratante, será considerado falha do sistema e as despesas efetivas serão suportadas pela Contratante.
- 5.70 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**Prazo de execução dos serviços**

- 5.71 O prazo para execução dos serviços, à exceção dos serviços de lavagem ecológica de veículos, será definido no ato da abertura da Ordem de Serviço no Sistema de Controle de Frotas.
- 5.72 Os serviços de manutenção nas viaturas operacionais como: caminhões de combate a incêndio, ambulâncias de resgate, motos de resgate, viaturas de busca e salvamento entre outras, não poderão ultrapassar o prazo de 7 (sete) dias úteis. Este prazo só pode ser excedido por motivo de força maior, devidamente justificado pela contratada.





- 5.73 Quando o veículo necessitar da prestação de serviços e na localidade não houver prestadores credenciados, a CONTRATADA arcará com o deslocamento até cidade em que houver recursos para procedimento do reparo sem custos adicionais para a contratante.
- 5.74 Somente os serviços de caráter emergencial de guincho, borracheiro e chaveiro deverão ter funcionamento ininterrupto 24h (vinte e quatro horas) todos os dias da semana.
- 5.75 A cada necessidade de serviço, o contratante solicitará, através do sistema informatizado de gestão, orçamentos diretamente às credenciadas que, de forma detalhada, deverão abranger código, nome/descrição, marca e quantidade de peças, número de horas e descrição dos serviços a serem executados, bem como a quantidade de quilômetros necessários para o transporte do veículo (quando utilizado serviço de guincho), incluindo o prazo para realização dos serviços, sendo que todos os documentos resultantes dessa solicitação, deverão ser disponível para impressão.
- 5.76 Nos orçamentos apresentados deverão constar também as seguintes informações: data de emissão, marca/modelo do veículo, placa do veículo, hodômetro do veículo no momento do orçamento, e campo "observações" para inclusão de informações que sejam de caráter relevante para o Gestor do Contrato, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos advindos da omissão dessas informações.
- 5.77 A CONTRATADA deverá se responsabilizar em cobrar das empresas credenciadas que respondam os orçamentos em prazo máximo de 03 (três) dias úteis.
- 5.78 O gestor indicado pelo CONTRATANTE poderá recusar os orçamentos, pedir sua revisão, inclusão de itens ou aceitá-los parcialmente, sempre de forma motivada, comprometendo-se a rede credenciada, a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a CONTRATADA o prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir da rejeição, para incluir, refazer ou corrigir os serviços não aceitos.
- 5.78.1 O gestor indicado pelo CONTRATANTE autorizará a execução de serviço através do próprio sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA.
- 5.78.2 O gestor indicado pelo CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças originais, objeto da contratação, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, bem como receber as peças substituídas.
- 5.78.3 É prerrogativa do gestor indicado pelo CONTRATANTE rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o presente Termo de Referência e seus anexos.
- 5.78.4 Os orçamentos apresentados pelas credenciadas da CONTRATADA terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, período durante o qual não poderá alterar os preços das peças orçadas, independente de flutuações do mercado de autopeças e da data em que o CONTRATANTE autorizar a execução dos serviços.
- 5.78.5 Após receber solicitação para remover o veículo, a ser emitida pelo gestor indicado pelo CONTRATANTE, ou receber o veículo com condições próprias de locomoção em suas instalações, o credenciado da CONTRATADA terá um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar orçamento prévio para os devidos reparos, ou não tendo condições de fazê-lo nesse prazo, deverá



apresentar as justificativas ao gestor informando por escrito um novo prazo, que, em nenhuma hipótese, deverá ser superior a 72 (setenta e duas) horas.

- 5.79 Poderão ser trocadas todas as peças que compõem o veículo, inclusive de seus acessórios, desde que o orçamento não ultrapasse a importância de 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo, nos termos do artigo 2º da Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Da garantia das peças e serviços

- 5.80 O prazo de garantia dos serviços prestados pelos estabelecimentos credenciados deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo, tanto para serviços como fornecimento de peças.

Da forma de execução:

- 5.81 Para a execução do contrato será necessária a formação de uma equipe de trabalho do CBMPB, composta pelos seguintes servidores:
- 5.81.1 Diretor de Finanças: Será responsável pelo gerenciamento e tramite da fase de pagamento das despesas após o processo de liquidação.
- 5.81.2 Chefe da DF-3: Será o responsável pela conferência e auditoria dos processos de pagamento, após o processo de liquidação da despesa.
- 5.81.3 Chefe da DF-1: Será responsável pelo efetivo pagamento das despesas, mediante lançamento contábil no SIAF, após a fase de auditoria da DF-3.
- 5.81.4 Gestor do Contrato: Será o responsável pelo gerenciamento da distribuição das cotas de valores por cada Regional/Ajudância, acompanhando a execução harmônica do contrato. Além disso, é responsável pela fiscalização e auditoria da execução do contrato, elaboração de plano anual de execução, produção de relatórios e informações estratégicas para o Comandante Geral do CBMPB. Para executar tais funções, é fundamental que o Gestor do Contrato tenha amplo acesso às oficinas credenciadas durante execução de quaisquer serviços contratados, bem como acesso às garagens de qualquer unidade bombeiro militar e suas viaturas antes, durante e após o processo de manutenção.
- 5.81.5 Gestor Substituto do Contrato: Será o responsável por gerir toda a frota de viaturas do CBMPB, no que diz respeito às suas relações quantitativas e qualitativas, gerenciar atividades no sistema digital, bem como dar suporte ao Gestor do Contrato no que for necessário para o bom andamento do contrato.
- 5.81.6 Comandantes Regionais/Ajudante Geral: Serão responsáveis pelo controle e gerenciamento dos seus centros de custos, que será compreendido pelo quantitativo das viaturas lotadas em sua Regional/Ajudância Geral e nas unidades bombeiro militares a que estiver vinculado. Farão a distribuição das cotas financeiras para cada unidade sob a sua responsabilidade e ficarão ainda com a responsabilidade de acompanhar a liquidação da despesa e respectiva prestação de contas.



- 5.81.7 Gestores de manutenções das Regionais/Ajudância: Serão os responsáveis diretos pela operacionalização da Gestão do contrato no âmbito das suas Regionais/Ajudância, nomeados diretamente pelos seus respectivos comandantes.
- 5.81.8 Chefes das Manutenções dos Batalhões, Companhias e Ajudância Geral: Serão os responsáveis pela gestão da manutenção da frota que esteja sobre a responsabilidade de sua Unidade e auxiliará diretamente os Gestores de manutenções das Regionais/Ajudância, conforme o item anterior. Terão ainda a responsabilidade de acompanhar in-loco a execução dos serviços de manutenções, descritos neste termo de referência, das viaturas de sua responsabilidade. Os Chefes de SEMAN serão nomeados pelos seus respectivos comandantes.
- 5.82 As solicitações dos serviços de manutenção deverão respeitar as seguintes etapas:
- 5.82.1 Etapa 1: Diante da necessidade de manutenção de uma viatura do CBMPB, o Chefe da seção de manutenção fará a Abertura de Ordem de Serviço no sistema digital disponibilizado pela Contratada, informando características do veículo a ser feita a manutenção, tipo de manutenção, observações sobre o problema apresentado, entre outros detalhes que forem necessários. Nessa etapa, o Chefe da seção de manutenção deve encaminhar para uma das oficinas cadastradas no sistema, que fará um orçamento prévio.
- 5.82.2 Etapa 2: Após receber o orçamento prévio da oficina escolhida, caso seja necessário, o Chefe da seção de manutenção pode solicitar a outras oficinas cadastradas que façam outros orçamentos. Concluída a fase de obtenção dos orçamentos, o Chefe da seção de manutenção deve solicitar ao seu respectivo Gestor de manutenções das Regionais/Ajudância que aprove o serviço.
- 5.82.3 Etapa 3: O Gestor de manutenções das Regionais/Ajudância deve avaliar se os orçamentos estão dentro dos valores de mercado, tendo como limite os valores das peças na tabela das montadoras que será identificado através do sistema digital da contratada, bem como se os tempos de mão de obra estão de acordo com a tabela tempária que também deve ser fornecida no sistema digital da Contratada. Além disso, deve-se avaliar se os itens são compatíveis com os problemas identificados na viatura, bem como se fazem parte do escopo de serviços e peças descritos neste Termo de Referência e se foram todos devidamente cotados. Cabe ao Gestor de manutenções das Regionais/Ajudância avaliar a vantajosidade da ordem de serviço, cujos critérios podem ser preço e/ou qualidade. O Gestor de manutenções das Regionais/Ajudância também deve conferir se a peça/serviço solicitado não se encontra em período de garantia; Se estiver tudo em conformidade e houver disponibilidade financeira para custear a manutenção, o Gestor de manutenções das Regionais/Ajudância deve aprovar no sistema digital a execução do serviço, o que informa instantaneamente a respectiva oficina para que se inicie os serviços. Ao aprovar, o valor relativo àquela manutenção deve ser automaticamente retirado do saldo do empenho em vigor.



5.82.4 Etapa 4: Após a entrada da viatura, a oficina credenciada, dentro do prazo já estabelecido neste termo de referência, ratificará ou retificará o orçamento prévio, onde na última hipótese deve ser submetido novamente a aprovação do Gestor do Contrato.

- a) Caso o orçamento prévio venha a ser retificado pela oficina credenciada, acrescentando ou removendo itens do mesmo, será então aberta uma ordem de serviço complementar, onde o gestor do contrato deverá avaliar se o processo continua sendo vantajoso para o CBMPB, aprovando em caso positivo ou encaminhando para nova pesquisa de preço. A vantajosidade pode ser avaliada tanto por critério de preço quanto por qualidade.
- b) Após nova pesquisa de preço, caso outra oficina credenciada ofereça orçamento menor que o da anterior, o gestor do contrato deve encaminhar a viatura para a nova oficina;
- c) A nova oficina deverá arcar com os custos de transporte, caso a viatura não esteja com sua capacidade de deslocamento, da primeira oficina até a sua sede. Deverá ainda ressarcir a primeira oficina de custos ocasionados para fornecer o orçamento definitivo, como exemplo: Desmontagem e montagem de peças ou partes mecânicas, horas trabalhadas para diagnosticar defeitos ou falhas, entre outros;

5.83 A execução, efetiva, dos serviços de manutenção seguirão as seguintes etapas:

5.83.1 Etapa 1: Após a aprovação do orçamento definitivo, a oficina credenciada deverá iniciar de imediato a execução dos serviços previsto, obedecendo os prazos já estabelecidos neste termo de referência;

5.83.2 Etapa 2: O chefe da seção de manutenção de cada unidade do CBMPB, deverá acompanhar a execução dos serviços para verificar a integridade dos mesmos e do orçamento fornecido anteriormente;

5.83.3 Etapa 3: Após a execução dos serviços, o chefe da seção de manutenção de cada unidade fará o recebimento da viatura sob sua responsabilidade, conferindo e testando se a manutenção foi realizada a contento. Em seguida, o Chefe da seção de manutenção deve atestar, pelo próprio sistema informatizado, as respectivas notas fiscais de peças/serviços vinculadas e solicitar que o Gestor de manutenções das Regionais/Ajudância dê continuidade ao processo. O processo de atesto pelo Chefe da seção de manutenção no sistema será chamado validação e deve ficar registrado no sistema o responsável pela validação e a data da validação.

5.83.4 Etapa 4: atendido todos os pré-requisitos contidos neste Termo de Referência, o Gestor de manutenções das Regionais/Ajudância finalizará a Ordem de Serviço no sistema, o que representa seu atesto de que aquela ordem de serviço foi devidamente executada. Assim, deve ficar registrado na ordem de serviço o responsável pela finalização e a data na qual foi feita a finalização. A ordem de serviço finalizada ficará arquivada no sistema e deve ser enviada ao Gestor do Contrato até o 5º dia útil do mês seguinte a data da finalização. Assim, por exemplo, se uma Ordem de Serviço foi finalizada em março, essa deverá ser remetida ao gestor do contrato até o 5º dia útil do mês de abril.



5.83.5 Etapa 5: O gestor do contrato, após recebimento das Ordens de Serviço finalizadas naquele mês, executará auditoria em todas elas e, após sanar eventuais problemas, fará a remessa, através de processo eletrônico, à Diretoria de Finanças. Cabe ao gestor do contrato atestar a Nota Fiscal de serviço emitido pela Contratada e encaminhar todas as ordens de serviço que foram executadas naquele período, cujos serviços foram atestados tanto pelo chefe da seção de manutenção, através da validação das notas fiscais, quanto pelo Gestor de manutenções das Regionais/Ajudância, que foi quem finalizou no sistema.

**Local da prestação dos serviços**

- 5.84 A prestação dos serviços deverá ser no âmbito do Estado da Paraíba/PB, onde ficam localizadas as unidades operacionais administradas pelas regionais do CBMPB dispostas no tópico 5.2, vide ANEXO III.
- 5.85 Serão admitidos que sejam efetuados os serviços distantes das unidades Bombeiro Militar desde que autorizadas por escrito pelo senhor Gestor do Contrato.
- 5.86 Os serviços serão gerenciados em suas operacionalidades pelo senhor Gestor do Contrato.

**Rotinas a serem cumpridas**

5.87 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

**5.87.1 MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

- 5.87.1.1 Serviços de retífica de motor;
- 5.87.1.2 Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- 5.87.1.3 Serviços de instalação elétrica;
- 5.87.1.4 Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- 5.87.1.5 Capotaria;
- 5.87.1.6 Tapeçaria;
- 5.87.1.7 Funilaria e pintura;
- 5.87.1.8 Serviços no sistema de arrefecimento;
- 5.87.1.9 Serviços no sistema de ar-condicionado.

**5.87.2 MANUTENÇÃO PREVENTIVA:**

- 5.87.2.1 Troca de pneus, caster, cambagem, alinhamento e balanceamento de rodas;
- 5.87.2.2 Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
- 5.87.2.3 Lubrificação de veículos;
- 5.87.2.4 Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, etc;
- 5.87.2.5 Substituição de itens do motor;
- 5.87.2.6 Limpeza de motor e bicos injetores;
- 5.87.2.7 Regulagens de bombas e bicos injetores;
- 5.87.2.8 Outros serviços constantes no manual dos veículos ou por orientação da Contratante.



- 5.87.3 Realização de forma contínua e ininterrupta, na manutenção de acordo com a necessidade da Contratante.
- 5.87.4 A contratada deverá apresentar, mensalmente, junto com a Nota Fiscal/Fatura, extratos de utilização dos serviços prestados de todas as transações do mês nos estabelecimentos credenciados; Além disso, deve haver no sistema a possibilidade de retirar comprovantes individuais por ordem de serviço, que discriminem o objeto do serviço, orçamento, e os responsáveis envolvidos em cada etapa do processo no sistema, inclusive constando as datas de aprovação, entrega do veículo, inclusão das notas fiscais e demais documentos pertinentes, validação de notas fiscais e finalização do processo.
- 5.87.5 Banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados e despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço;

**Materiais a serem disponibilizados**

- 5.88 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.89 Compras em atacados, a exemplo de: pneus, bateria entre outras.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.90 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.90.1 Os preços propostos deverão ser informados considerando todos os custos, diretos e indiretos, decorrentes da realização dos serviços, impostos, fretes, seguros e taxas e quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado;
- 5.90.2 A proposta comercial (desconto ofertado) deverá ser apresentada com no máximo 2(duas) casas decimais;
- 5.90.3 O percentual de desconto incidirá mensalmente na nota fiscal/fatura;
- 5.90.4 O percentual de desconto, oferecido na proposta vencedora será fixo e irrevogável durante toda a vigência do Contrato;
- 5.90.5 A taxa de administração é de 0% (zero por cento ou negativa), considerando o maior percentual de desconto;
- 5.90.6 A contratação tem por objetivo, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento estadual, garantindo a boa qualidade dos serviços e seus produtos oferecidos e de empresas comprometidas com o desenvolvimento.
- 5.90.7 A Contratada disponibilizará o objeto em questão, dinâmico e com boa qualidade de operação;
- 5.90.8 A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade;





## GOVERNO DA PARAÍBA

- 5.90.9 Apresentar uma ampla rede de estabelecimentos credenciados junto a Contratada no Estado da Paraíba, que forneçam os serviços exigidos neste instrumento, principalmente nos municípios que se localizam as Unidades Bombeiro Militar administradas pelas CRBM's do CBMPB, constantes no ANEXO III (Unidades Administrativas do Órgão);
- 5.90.10 A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos com fornecimento de peças e acessórios, deverá dar-se num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas -PNCP, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentas necessárias à plena utilização dos sistemas web da Contratada pelos servidores autorizados vinculados a Contratante.
- 5.90.11 A contratada deverá disponibilizar pessoas capacitadas para instruir no treinamento ao gestor do contrato, em sua operacionalidade;
- 5.90.12 A contratada não poderá bloquear o sistema sem quaisquer informações com antecedência de no mínimo 2(dois) dias úteis;
- 5.90.13 Caso ocorra o bloqueio do sistema ocasionando assim a interrupção do fornecimento dos serviços, o gestor do contrato tem autonomia para solicitar em caráter de urgência o desbloqueio.

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

- 5.91 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 5.92 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes:
- a) Ao término do contrato de prestação de serviços de gerenciamento e administração de viaturas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devem ser adotados procedimentos de transição e finalização que assegurem a continuidade das atividades e a preservação do patrimônio público. Dessa forma, as medidas a serem adotadas ao término do contrato incluem que a contratada deverá entregar relatórios finais e consolidados dos últimos 12 meses ou de todo o período em que prestou o serviço a Contratante, contendo dados operacionais, indicadores de desempenho, registros de manutenção e demais informações relevantes, garantindo transparência e prestação de contas à Administração.
- b) Caso haja substituição do prestador, deverá ser disponibilizado suporte técnico à equipe gestora e, se necessário, orientação ao novo contratado para assegurar a transição eficiente dos serviços, minimizando riscos de descontinuidade. Também se incluem obrigações pós-contratuais, como o cumprimento de prazos para garantia técnica ou atendimento a eventuais demandas pendentes. Tais providências asseguram o encerramento regular da avença, a conformidade legal e a proteção do interesse público.



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAUJO BEZERRA em 22/12/2025 - 13:06hs.  
Documento Nº: 9783055-7207 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9783055-7207>



CBMDIN202503487



## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

- 6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 6.7 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto, na Diretoria de Apoio Logístico do CBMPB, situada na Rua Coronel João Augusto de Lima, 149, Ernesto Geisel, João Pessoa/PB. Com funcionamento de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 07h30 min às 13h00min, fone (83) 3218-5726. Durante o período de 2 (dois) dias ou mais caso necessário no horário das 07h30min às 13h30min;
- 6.7.1 A exigência do preposto no local da execução dos serviços se justifica para que o mesmo possa instruir o gestor do contrato, sem custo algum a Contratante, nas condições a seguir:
- 6.7.2 A contratada deverá disponibilizar preposto capacitado para instruir no treinamento ao gestor do contrato, em sua operacionalidade;
- 6.7.3 A contratada deverá disponibilizar preposto capacitado na operação e na instrução do manuseio do sistema, quando for solicitada sem nenhum custo adicional à exemplo de (diárias, transportes, hospedagem e refeições).
- 6.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

- 6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.10 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.11 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);



- 6.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.13 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 6.15 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI).
- 6.16 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

#### **Gestor do Contrato**

- 6.18 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.19 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.20 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.21 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.22 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)





- 6.23 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 6.24 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente a Diretoria de Finanças - DF para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.25 Para cumprir com sua função de fiscalização, o Gestor do Contrato deve ter amplo acesso às oficinas credenciadas durante execução de quaisquer serviços contratados, bem como acesso às garagens de qualquer unidade bombeiro militar e suas viaturas antes, durante e após o processo de manutenção.
- 6.26 Os chefes de manutenção de cada unidade militar do CBMPB serão nomeados como auxiliar do gestor titular.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item:

- 7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.2.2 O período de faturamento será mensal, ao final do qual será apresentada a nota fiscal/fatura, com o devido desconto aplicado, ofertado na proposta vencedora;
- 7.2.3 Após recebida a Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATANTE examinará a sua conformidade, podendo inclusive efetuar glosas de pagamentos que não estiverem em conformidade com os parâmetros estabelecidos, e encaminhará à unidade financeira para pagamento;
- 7.2.4 Fornecidos os serviços adquiridos mensalmente, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE nota fiscal/fatura e relatórios, por tipo de serviços e/ou aquisições de peças e acessórios com os valores devidos, a qual deverá ser devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- 7.2.5 A CONTRATADA deverá pagar pontualmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do fechamento da nota fiscal/fatura mensal, os estabelecimentos credenciados, pelo valor efetivamente consumido, ficando claro que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA.

### **Do recebimento**

- 7.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).
- 7.4 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



- 7.5 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).
- 7.6 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25. VII).
- 7.7 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.8.3 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.4 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.8.5 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.10.2 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 7.10.3 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



- 7.10.4 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.10.5 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.10.6 Enviar a documentação pertinente a Diretoria de Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

- 7.14 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.15 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.16.2 o prazo de validade;
- 7.16.3 a data da emissão;
- 7.16.4 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.16.5 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.16.6 o valor a pagar; e
- 7.16.7 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 7.16.8 se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
- 7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do





## GOVERNO DA PARAÍBA

órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 7.20 Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.
- 7.24 Após o atesto da Nota Fiscal de Serviço emitida mensalmente pela Contratada, o gestor do contrato encaminhará a seguinte documentação para liquidação na Diretoria de Finanças: Ordens de serviço finalizadas naquele mês, juntamente com suas respectivas Notas Fiscais de Peças e Serviços executados, Nota fiscal de serviços emitida pela Contratada e a respectiva Fatura, Relatório com todas as manutenções realizadas no período, Relatório de retenções de impostos emitido pela Contratada, as Certidões de regularidade da Contratada com as obrigações relativas ao Poder Público e outros documentos que forem solicitados pela Diretoria de Finanças, conforme legislação vigente.

### Prazo de pagamento

- 7.25 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.26 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### Forma de pagamento

- 7.27 O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.28 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.29 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.29.2 Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.29.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.29.4 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAUJO BEZERRA em 22/12/2025 - 13:06hs.  
Documento Nº: 9783055-7207 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9783055-7207>



CBMDIN202503487

- 7.30 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

- 7.31 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.32 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.33 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.34 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.35 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.36 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.37 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.38 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

#### **Regime de execução**

- 8.2 O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

#### **Exigências de habilitação**

- 8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.4 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante:
- 8.5.1 Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos dos veículos previstos no anexo II.





- 8.5.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.5.3 A exigência de atestados será restrita às parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.5.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.6 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.6.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.6.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.6.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.6.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.6.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.6.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.6.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 8.6.8 A exigência de atestados será restrita às parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

## **9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1 O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

## **10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.
- 10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Unidade Gestora (UG): 23901 - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros;
  - II) Fonte de Recursos: 759 - FUNESBOM
  - III) Ação orçamentaria: 4391



**IV) Natureza de Despesa:** 339039

**11 ANEXO (S)**

11.1 Anexo I – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos

11.2 Anexo II - Relação de Viaturas Previstas

11.3 Anexo III - Endereços dos Locais Administrados pelas CRBM's

João Pessoa - PB,

**Histórico de versões:**

**Criado em:** 01/04/2025

Modificado em: 19/12/2025

**Elaborado por:**

PEDRO VICENTE DA SILVA - 1º TENENTE QOEM

Matrícula 527.353-6

Responsável Técnico pela elaboração do TR

Assinado e datado via PBDoc

**Aprovado por:**

MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA – CEL QOEM

Matrícula - 516.508-3

Comandante Geral do CBMPB

Assinado e datado via PBDoc



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 22/12/2025 - 13:06hs.  
Documento Nº: 9783055-7207 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9783055-7207>



CBMDIN202503487





## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:23.901.000036.2025

### 1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde	%
1	132503	SERVIÇO técnico especializado, com utilização de sistema informatizado via internet, conectado à rede de estabelecimentos credenciados, para gerenciamento, controle e execução de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, em todas as áreas afeitas à conservação e restauração veicular e equipamentos rodoviários, para a frota de veículos e equipamentos rodoviários, conforme Termo de Referência.	Un	1	33,02

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$1.576.453,79

 <b>GOVERNO DA PARAÍBA</b>	<b>SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL</b> <b>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR</b> <b>COMANDO GERAL</b> <b>DAL</b>	
---	--	---

## ANEXO II – RELAÇÃO DE VIATURAS PREVISTAS

### RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO ABT - AUTO BOMBA TANQUE

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	ABT 04	M. BENZ	1313	1978	355008-12-398300	OE 0897
02	ABT 09	FORD	F 14.000	1995	9BFXTNMBNDB00783	****
03	ABT 10	VOLKSWAGEM	13.150	2002	9BWBD72SO2R206413	MOK 8856
04	ABT 11	FORD	CARGO 1722	2002	9BFYTNFT42BB15919	MOR 7039
05	ABT 12	FORD	CARGO 1722	2002	9BFYTNFT82BB17060	MOR 7089
06	ABT 13	FORD	CARGO 1722	2002	9BFYTNFT02BB15920	MOS 4779
07	ABT 14	FORD	CARGO 1722	2002	9BFYTNFT42BB15418	MOR 7059
08	ABT 15	FORD	CARGO 1722	2002	9BFYTNFT12BB17059	MOR 7049
09	ABT 16	VOLKSWAGEM	17.250 CNC	2009	9BW7N82459R936452	NPW 5847
10	ABT 17	VOLKSWAGEM	17.250 CNC	2009	9BW7N824X9R936737	NPW 5937
11	ABT 18	VOKSWAGEM	17.250 CNC	2009	9534N8244AR006815	NQJ 1660
12	ABT 19	FORD	CARGO 1722 E	2010/11	9BFYCE7VB8B66245	NQK 3208
13	ABT 20	FORD	CARGO 1722	2011	9BFYCE7V58BB63252	NQE 8756
14	ABT 21	M. BENZ	ATEGO 1726	2014	9BM958074EB987607	QFJ 0175
15	ABT 22	M. BENZ	ATEGO 1726	2015	9BM958074FB000491	QFI 9785
16	ABT 23	M. BENZ	ATEGO 1726	2015	9BM958074FB000473	QFI 9865
17	ABT 24	M. BENZ	ATEGO 1726	2015	9BM958074FB000475	QFI 9805
18	ABT 25	M. BENZ	ATEGO 1726	2015	9BM958074FB003565	QFI 9715
19	ABT 26	M. BENZ	ATEGO 1726	2015	9BM958074FB003655	QFI 9665
20	ABT 27	M. BENZ	ATEGO 1726	2015	9BM958074FB003321	QFI 9745
21	ABT 28	IVECO	TECTOR 170E28	2014	93ZA1RMH0E8928095	QFL 9495
22	ABT 29	IVECO	TECTOR 170E28	2015	93ZA1RMH0F8928999	QFU 3548
23	ABT 30	SCANIA	SCANIA/P 310	2018/19	9BSP4X200K3946828	QSH 9285
24	ABT 31	SCANIA	SCANIA/P 310	2018/19	9BSP4X200K3946821	QSH 9305



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO ABS - AUTO BUSCA E SALVAMENTO**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	ABS 13	FORD	RANGER XL	2002	8AFER13F72J264825	MOE 9489
02	ABS 15	TOYOTA	HILUX CD 4X4	2008	8AJFR22G584530747	MOG 9835
03	ABS 16	TOYOTA	HILUX CD 4X4	2008	8AJFR22G084530056	MOG 8885
04	ABS 17	TOYOTA	HILUX CD 4X4	2008	8AJFR22G084530848	MOH 0125
05	ABS 18	TOYOTA	HILUX CD 4X4	2008	8AJFR22G384530861	MOG 9935
06	ABS 20	FORD	RANGER XLT	2011	8AFER13P9BJ406309	NQA 5434
07	ABS 21	FORD	RANGER XLT	2011	8AFER13P5BJ406310	NQA 5444
08	ABS 22	FORD	RANGER XLT	2011	8AFER13P7BJ406311	NQA 5414
09	ABS 23	FORD	RANGER XLT	2011	8AFER13PXCJ494921	OFD 7678
10	ABS 24	FORD	RANGER XLT	2011/12	8AFER13P9CJ483103	OFD 7688
11	ABS 25	FORD	RANGER XLT	2011/12	8AFER13P4CJ494915	OFD 7698
12	ABS 26	FORD	RANGER XLT	2011/12	8AFER13P6CJ486590	OFD 7708
13	ABS 27	FORD	RANGER XLT	2011/12	8AFER13P7CJ474707	OFD 7718
14	ABS 28	FORD	RANGER XLT	2011/12	8AFER13P8CJ496098	OFD 7728
15	ABS 29	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2014	93XLNKB8TECE88023	OFC 2032
16	ABS 30	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2016/17	93XLNKB8THCG22275	PAQ 9H04
17	ABS 31	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2016/17	93XLNKB8THCG22286	PAQ 9G96
18	ABS 32	FORD	RANGER XL	2010	98AFER13P6AJ23497	NPZ 8985
19	ABS 33	FORD	RANGER XL	2017/18	8AFAR23L6JJ047122	PBE 9057
20	ABS 34	FORD	RANGER XL	2017/18	8AFAR23L6JJ045167	PBE 9061
21	ABS 35	FORD	RANGER XL	2017/18	8AFAR23L2JJ057428	PBJ 8389
22	ABS 36	CHEVROLET	S 10 LT DD4A	2014	9BG1148FK0FC414087	PAF 3650
23	ABS 37	CHEVROLET	S 10 LT DD4A	2014	9BG1148FK0FC409194	PAF 3653
24	ABS 38	MITSUBISHI	L-200 TRITON	19/20	93XLJKL1TLCK26538	PLZ 7G64
25	ABS 39	MITSUBISHI	L-200 TRITON	19/20	93XLJKL1TLCK26535	PLZ 8I05
26	ABS 40	MITSUBISHI	L-200 TRITON	19/20	93XLJKL1TLCK26537	PLZ 2E68
27	ABS 41	MITSUBISHI	L-200 TRITON	19/20	93XLJKL1TLCK26533	PLZ 7I60
28	ABS 42	MITSUBISHI	L-200 TRITON	19/20	93XLJKL1TLCK26534	PLZ 5G16
29	ABS 43	TRITON	L200	19/20	93XLJKL1TLCK26539	PLZ 7D40
30	ABS 44	CHEVROLET	S 10 LT DD4A	2019	9BG148FK0KC440891	PBW 0I29
31	ABS 45	CHEVROLET	S 10 LT DD4A	2014/15	9BG14FK0FC415186	PAC 7F44
32	ABS 46	MITSUBISHI	L-200 TRITON	2013	93XJRK88TDCD70626	JKO 8E31
33	ABS 47	MITSUBISHI	L-200 TRITON	2022	93XSYKL1TNCM41435	REO 8D06
34	ABS 48	CHEVROLET	S 10 LT DD4A	2022	9BG148FK0NC444851	REV 5F88
35	ABS 49	MITSUBISHI	L-200 TRITON	2024/25	93XPYKL1TSCR79639	SSH 5F21



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
 Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO ABS - AUTO BUSCA E SALVAMENTO LEVE**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	ABSL 01	VOLKSWAGEM	8-150 E	2005	9BWAA52R59R534987	MNO 9133
02	ABSL 02	VOLKSWAGEM	8.150E	2005	9BWAA52R45R36162	MNO 9153
03	ABSL 03	VOLKSWAGEM	8-150 E	2005	9BWAA52R85R536472	MOG 7068
04	ABSL 04	FORD	CARGO 815 E	2010/11	9BFVCE1N7ABB61352	NQG 6317
05	ABSL 05	FORD	CARGO 815 E	2010/11	9BFVCE1N4ABB60580	NQG 6267
06	ABSL 06	FORD	CARGO 815 E	2010/11	9BFVCE1N3BBB73273	NQJ 5136
07	ABSL 07	FORD	CARGO 815 E	2010/11	9BFVCE1N3BBB70907	NQJ 5156
08	ABSL 08	FORD	CARGO 815 E	2010/11	9BFVCE1N2BBB64158	NQJ 5186
09	ABSL 09	FORD	CARGO 815 E	2010/11	9BFVCE1N7BBB75589	NPZ 7553
10	ABSL 10	FORD	CARGO 815-E	2010/11	9BFVCE1N0BBB75594	NPZ 7563

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AA - AUTO AMBULÂNCIA**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AA 34	VOLKSWAGEM	SAVEIRO	2002	9BWEB05X23P034416	MMO 4201

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO ATC - AUTO TRANSPORTE DE CARGA**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	ATC 01	VW 24.220	EURO3 WORKER	2009	9533782T0AR014570	NLS 5B38
02	ATC 02	FORD	CARGO 1622	1995	9BFYTNFT8SDB71558	JFO 7155

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AR - AUTO RESGATE**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AR 12	FIAT	DUCATO	2008	93W245G3382024790	MON 7675
02	AR 14	FIAT	DUCATO	2008	93W245G3382024867	MON 8695
03	AR 15	M.BENZ	SPRINTER	2007	8AC9036627A962686	JJQ 3753
04	AR 16	RENAULT	MASTERAM	2010	93YADCUH6AJ310631	MOK 7692
05	AR 17	RENAULT	DCI-120	2010	93YADCUH6AJ371406	MOK 7732
06	AR 19	FIAT IVECO	DAILY	2010/11	93ZK42A01B8422091	MOS 5562
07	AR 20	FIAT IVECO	DAILY	2010/11	93ZK42A01B8422112	MOS 5582
08	AR 21	IVECO	DAILY	2010/11	93ZK42A01B8422108	MOS 5592
09	AR 22	IVECO	DAILY	2010/11	93ZK42A01B8422110	MOV 1432
10	AR 24	IVECO	DAILY	2010/11	93ZK42A01B8422096	MOS 5632
11	AR 25	RENAULT	SOBERANA	2011	93YADCU6BJ864862	OFA 8638
12	AR 26	M.BENZ	SPRINT	2014	8AC906633EE093408	QFA 2628



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

13	AR 27	M.BENZ	SPRINT	2014	8AC906633EE095086	QFA 2668
14	AR 28	M.BENZ	SPRINT	2014	8AC906633EE093563	QFA 2658
15	AR 29	M.BENZ	SPRINT	2014	8AC906633EE095759	QFA 2678
16	AR 30	M.BENZ	SPRINT	2014	8AC906633EE093252	QFA 2248
17	AR 31	M.BENZ	SPRINT	2014	8AC906633EE093476	QFA 2638
18	AR 32	M.BENZ	SPRINT	2014	8AC906633EE093327	QFA 2298
19	AR 33	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453687	QFG 0337
20	AR 34	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453694	QFG 0537
21	AR 35	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453689	QFG 0547
22	AR 36	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453709	QFG 0447
23	AR 37	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453691	QFG 0487
24	AR 38	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453703	QFG 0457
25	AR 39	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453686	QFG 0477
26	AR 40	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453698	QFG 0517
27	AR 41	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453708	QFG 0437
28	AR 42	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453684	QFG 0467
29	AR 43	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453692	QFG 0497
30	AR 44	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453700	QFG 0527
31	AR 45	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453697	QFG 0557
32	AR 46	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453711	QFG 0427
33	AR 47	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453693	QFG 0507
34	AR 48	RENAULT	MASTERAMB	2014	93YMAF4MCFJ453702	QFG 0567
35	AR 49	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE143140	QSH 0980
36	AR 50	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE141692	QSH 0830
37	AR 51	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE141755	QSH 0850
38	AR 52	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE143076	QSH 0940
39	AR 53	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE143139	QSH 0960
40	AR 54	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE141309	QSH 0770
41	AR 55	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE142400	QSH 0880
42	AR 56	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE142461	QSH 0910
43	AR 57	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE142399	QSH 0860
44	AR 58	M BENZ 15	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE141559	QSH 0800
45	AR 59	M. BENZ	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633JE141435	QSM 7A35
46	AR 60	M. BENZ	SPRINTER F42A	2017/18	8AC906633J3143075	QSM 7A65
47	AR 61	M. BENZ	M. BENZ 416	2021/22	8AC907645NE211796	QFU 5A02
48	AR 62	M. BENZ	M. BENZ 416	2021/22	8AC907645NE213210	QFU 5D52
49	AR 63	M. BENZ	M. BENZ 416	2021/22	8AC907645NE213211	QFU 5B92
50	AR 64	M. BENZ	M. BENZ 416	2021/22	8AC907645NE213148	QFU 5A42
51	AR 65	M. BENZ	M. BENZ 416	2021/22	8AC907645NE213214	QFU 5D42
52	AR 66	M. BENZ	M. BENZ 416	2022	8AC907643NE225856	SLD 2C40
53	AR 67	M. BENZ	M. BENZ 416	2022	8AC907643NE225082	SLD 2C50
54	AR 68	M. BENZ	M. BENZ 416	2022	8AC907643NE225495	SLD 2D00
55	AR 69	M. BENZ	M. BENZ 416	2022	8AC907643NE225855	SLD 2C80
56	AR 70	M. BENZ	M. BENZ 416	2022	8AC907643NE225853	SLD 2D60
57	AR 71	M. BENZ	M. BENZ 416	2022	8AC907643NE225854	SLD 2C10
58	AR 72	-	-	-	-	SKU 7G76



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293



59	AR 73	-	-	-	-	SKU 7G46
60	AR 74	-	-	-	-	SKU 7G16
61	AR 75	-	-	-	-	SKU 7G86
62	AR 76	-	-	-	-	SKU 8I77
63	AR 77	-	-	-	-	SKU 8I97
64	AR 78	-	-	-	-	SKU 8I37
65	AR 79	-	-	-	-	SKU 8I57

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO APA - AUTO PLATAFORMA AÉREA**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	APA 01	M.BENZ	ACTROS 4144	2014	WDB932317DL794335	NQE 7391
02	APA 02	M.BENZ	ACTROS 4144	2014	WDB932317DL794654	NQE 7401

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AP - AUTO PESSOAL**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AP 09	FIAT	UNO MILLE	2002	9BD15802534447853	MNI 5819
02	AP 20	FIAT	PALIO ADV	2006/07	9BD17309T74190739	MOV 1178
03	AP 21	FIAT	PALIO ADV	2006/07	9BD17309T74190743	MOV 1198
04	AP 22	FIAT	PALIO ADV	2006/07	9BD17309T74190372	MOV 1248
05	AP 23	FIAT	PALIO ADV	2006/07	9BD17309T74190987	MOV 1218
06	AP 24	M.BENZ 313	SPRINTER	2007/08	8AC9036628A979028	JJE 6821
07	AP 25	FIAT	UNO FIRE	2008	9BD15822786161787	MOH 3295
08	AP 26	FIAT	UNO FIRE	2008	9BD15822786161742	MOH 3315
09	AP 27	FIAT	UNO FIRE	2008	9BD15822786162049	MOH 3345
10	AP 28	FIAT	UNO FIRE	2008	9BD15822786161820	MOH 3255
11	AP 29	FIAT	UNO FIRE	2008	9BD15822786161739	MOH 3265
12	AP 30	FIAT	UNO FIRE	2008	9BD15822786163320	MOH 3215
13	AP 31	FIAT	PALIO ELX	2002/03	9BD171414/32267118	MNI 5409
14	AP 32	CHEVROLET	CORSA	2001	9BGSC68N02C138016	MNN 1851
15	AP 33	VOKSWAGEM	KOMBI	2010	9BWMF07X3AP025993	NQC 4647
16	AP 34	FIAT	DUCATO	2010/11	93W245L34B2067529	NQE 7565
17	AP 35	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P4C8327103	NPU 5182
18	AP 36	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55PXC8327106	NPU 5292
19	AP 37	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P1C8327107	NPU 5322
20	AP 38	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P3C8327108	NPU 5152
21	AP 39	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P5C8327109	NPU 5252
22	AP 40	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P1C8327110	NPU 5262
23	AP 41	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P3C8327111	NPU 5272
24	AP 43	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P7C8327113	NPU 5202
25	AP 44	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P9C8327114	NPU 5222



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

26	AP 45	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P0C8327115	NPU 5312
27	AP 46	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P2C8327116	NPU 5142
28	AP 47	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P4C8327117	NPU 5282
29	AP 48	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P6C8327118	NPU 5232
30	AP 49	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P8C8327119	NPU 5212
31	AP 50	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55PXC8327123	NPU 5302
32	AP 51	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P1C8327124	NPU 5132
33	AP 52	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P3C8327125	NPU 5162
34	AP 53	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P3C8318868	NPU 5172
35	AP 54	FORD	FIESTA	2012	9BFZF55P3C8318733	NPU 5242
36	AP 55	VOLSWAGEM	SANTANA	1999/20	9BWZZ327YP013066	MOI 7099
37	AP 56	VOLSWAGEM	SANTANA	1999/20	9BWZZ327YP013151	MOI 7109
38	AP 57	VOLSWAGEM	SANTANA	2004	9BWAC03X74P003386	MMZ 8934
39	AP 58	FIAT	PALIO WE	2000	9BD178843Y2094010	MOI 7032
40	AP 59	FORD	KA SE PLUS	19/20	9BFZH55LXL8428721	QSK 3B07
41	AP 60	FORD	KA SE PLUS	19/20	9BFZH55L4L8460550	QSK 2J97
42	AP 61	FORD	KA SE PLUS	19/20	9BFZH55LXL8460472	QSK 3A87
43	AP 62	FORD	KA SE PLUS	19/20	9BFZH55L3L8460474	QSK 3A27
44	AP 63	FORD	KA SE PLUS	19/20	9BFZH55L9L8399194	QSK 3B57
45	AP 64	VW	PARATI 1.6	2007	9BWD805W77T136472	MNS 1B24
46	AP 65	FIAT	PÁLIO ELX	2009/10	9BD17140MA5371223	MOM 9783
47	AP 66	RENAULT	FLUENCE	2013/14	8A1LZBW26EL644980	JKK 8778
48	AP 67	JEEP	RENEGADE	2020	98861118XLK316909	RED 7G61
49	AP 68	FIAT	PÁLIO FIRE	2015	9BD17144ZF7537038	QJD 1F15
50	AP 69	RENAULT	MEGANE	2011/12	93YKM263HCJ172870	JKA 9G23
51	AP 70	CITROEN	DS4 TURBO165A6	2014	VF7NX5FMYEY500015	OFZ 4165
52	AP 71	FIAT	SIENA ESSENCE	2013	9BD197163D3085048	JKK 7C38
53	AP 72	FIAT	PALIO WEEK	2012	9BD17350EC4375229	OEZ 4F24
54	AP 73	FIAT	PALIO WEEK	2012	9BD17350EC4375918	OEZ 4F54
55	AP 74	FORD	KA SE 1.5	2018	9BFZH55J2J8179374	QOH 3B38
56	AP 75	VOLSWAGEM	PARATI 1.6	2009	9BWGB05W59P095221	MOI 9H84
57	AP 76	VOLSWAGEM	PARATI 1.6	2009	9BWGB05W59T104393	MOI 9H64
58	AP 77	FIAT	SIENA ESSENCE	2013	9BD197163D3085421	JKK 7C18

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AHQ - AUTO HIDRO QUÍMICO**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AHQ 01	FORD	CARGO 1722 E	2010/11	9BFYCE7V7BBB64208	MOF 7311



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AM - AUTO MOTO**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AM 06	HONDA	CG 125	2002/03	9C2JC30303R100677	MNI 6149
02	AM 07	HONDA	TITAN	2002	9C21C30303R100672	MNI 6159
03	AM 08	HONDA	CG 125	2002/03	9C2JC30303R100671	MNI 6219
04	AM 09	HONDA	CG 125	2002/03	9C2JC30303R100664	MNI 6229
05	AM 10	HONDA	TITAN	2002/03	9C2JC30303R100663	MNI 5959
06	AM 18	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019455	OFE 4757
07	AM 23	SUNDOWN	SXT 200	2008	94J2XHEF88M008767	MOK 3854
08	AM 26	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR004644	NPT 1H92
09	AM 27	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR004703	NPT 3252
10	AM 28	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR004673	NPT 1822
11	AM 29	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR004678	NPT 3052
12	AM 30	HONDA	NX-4 FALCON	2007	9C2ND07007R004443	JEF 2041
13	AM 31	HONDA	NX-4 FALCON	2007	9C2ND07007R004475	JEF 2831
14	AM 32	JTZ	DK 150	2020/21	99KPCKBYJMM709493	RLQ 0A36
15	AM 33	JTZ	DK 150	2020/21	99KPCKBYJMM709509	RLQ 0A06

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AMR - AUTO MOTO RESGATE**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AMR 03	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035823	NPX 3866
02	AMR 04	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035787	NPX 3876
03	AMR 05	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035815	NPX 3886
04	AMR 06	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035789	NPX 3896
05	AMR 07	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035813	NPX 3906
06	AMR 08	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035783	NPW 5897
07	AMR 09	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035812	NPX 3916
08	AMR 10	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035820	NPX 3926
09	AMR 11	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035779	NPW 5907
10	AMR 12	YAMAHA	LANDER XTZ 250	2009	9C6KGO21090035824	NPW 5917
11	AMR 13	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019450	OFE 5377
12	AMR 14	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019451	OFE 4977
13	AMR 15	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019452	OFE 5067
14	AMR 16	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019453	OFE 5177
15	AMR 17	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019454	OFE 5017
16	AMR 18	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019455	OFE 4757
17	AMR 19	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019456	OFE 5097
18	AMR 20	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019457	OFE 5257
19	AMR 21	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019458	OFE 4987
20	AMR 22	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019459	OFE 5347
21	AMR 23	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019460	OFE 5237



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

22	AMR 24	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019461	OFE 4997
23	AMR 25	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019462	OFE 5287
24	AMR 26	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019463	OFE 5147
25	AMR 27	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019464	OFE 5367
26	AMR 28	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019465	OFE 5327
27	AMR 29	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019466	OFE 5127
28	AMR 30	HONDA	XRE 300	2012	9C2ND0910CR019467	OFE 4917
29	AMR 31	HONDA	XRE-300	2012	9C2ND0910CR019468	OFE 5307
30	AMR 32	HONDA	XRE-300	2012	9C2ND0910CR019469	OFF 2657
31	AMR 33	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027530	QFH 2518
32	AMR 34	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027523	QFH 2528
33	AMR 35	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027505	QFH 2478
34	AMR 36	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027296	QFH 2418
35	AMR 37	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027330	QFH 2508
36	AMR 38	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027295	QFH 2438
37	AMR 39	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027329	QFH 2388
38	AMR 40	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027335	QFG 9548
39	AMR 41	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027297	QFH 2448
40	AMR 42	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027349	QFH 2498
41	AMR 43	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027380	QFH 2428
42	AMR 44	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027571	QFH 2568
43	AMR 45	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027319	QFH 2548
44	AMR 46	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027292	QFH 2468
45	AMR 47	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027355	QFH 1238
46	AMR 48	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027537	QFH 2458
47	AMR 49	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR027318	QFH 2488
48	AMR 50	HONDA	XRE-300	2015	9C2ND1110FR026268	QFH 2408
49	AMR 51	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000325	QFH 6528
50	AMR 52	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000313	QFH 6578
51	AMR 53	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000333	QFH 6538
52	AMR 54	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000337	QFH 6508
53	AMR 55	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000353	QFH 6568
54	AMR 56	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000318	QFH 6518
55	AMR 57	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000335	QFH 6558
56	AMR 58	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000330	QFH 6488
57	AMR 59	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000350	QFH 6548
58	AMR 60	HONDA	NC 750X	2015	9C2RC7310FR000336	QFH 6478
59	AMR 61	HONDA	CG 125 FAN	2017	9C2JC6900HR308730	QFR 4574



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AO - AUTO ÔNIBUS**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AO 01	VOLKSWAGEM	1519 EOD	2012	9532L82W7CR230016	NQH 2043
02	AO 02	VOLKSWAGEM	1519 EOD	2012	9532L82W8CR230025	NQH 2023
03	AO 03	VOLKSWAGEM	1519 EOD	2012	9532882W2CR214985	NQH 2053
04	AO 04	VOLKSWAGEM	1519 EOD	2012	9532882W4CR214891	NQH 8123
05	AO 05	M. BENZ	LO-916/48	2015	9BM979277FB009602	QFL 5816

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO ATE - AUTO TÁTICO DE EMERGÊNCIA**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	ATE 01	M. BENZ	SPRINTER	2011/12	8AC904663CE055418	OFA 8776
02	ATE 02	M. BENZ	SPRINTER	2011/12	8AC904663CE056977	OFA 8766
03	ATE 03	M. BENZ	SPRINTER	2011/12	8AC904663CE057014	OFA 8746
04	ATE 04	M. BENZ	SPRINTER	2011/12	8AC904663CE057261	OFA 7936

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AC - AUTO COMANDO**

nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AC 01	TOYOTA	HILUX CD 4X4	2008	8AJFR22G284530740	MOG 8915
02	AC 02	TOYOTA	HILUX CD 4X4	2008	8AJFR22G784530572	MOG 9775
03	AC 03	CHEVROLET	S10 LT DD4A	2022	9BG148FK0NC452582	SGP 6F80

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO ACA - AUTO COMANDO AVANÇADO**

nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	ACA 01	NISSAN	X-TERRA	2007	94DTEND227J825846	JJE 2591
02	ACA 02	TROLLER	T4 TDI 3.2	2013/14	94TTT4D23EH001253	QFD 2549
03	ACA 03	TROLLER	T4 TDI 3.2	2013/14	94TTT4D23EH001260	QFD 2529
04	ACA 04	TROLLER	T4 TDI 3.2	2013/14	94TTT4D23EH001501	QFD 2509
05	ACA 05	TROLLER	T4 TDI 3.2	2013/14	94TTT4D23EH001520	QFD 2499
06	ACA 06	TROLLER	T4 XLT 3.2	2015	94TT41353FH401530	QFG 2136
07	ACA 07	TROLLER	T4 XLT 3.2	2015	94TT41353FH401593	QFG 2186
08	ACA 08	TROLLER	T4 XLT 3.2	2015	94TT41353FH401774	QFG 2126
09	ACA 09	TROLLER	T4 XLT 3.2	2015	94TT41353FH401455	QFG 2116



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
 Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AEH - AUTO ESCADA HIDRÁULICA**

<b>nº</b>	<b>PREFIXO</b>	<b>MARCA</b>	<b>MODELO</b>	<b>ANO</b>	<b>CHASSI</b>	<b>PLACA</b>
<b>01</b>	AEH 01	DEUTZ	MAGIRUS	1979	4.500.017.316	NQD 7396

**RELAÇÃO DE REBOQUES DO CBMPB**

<b>Nº</b>	<b>PREFIXO</b>	<b>MODELO</b>	<b>MARCA</b>	<b>ANO</b>	<b>CHASSI</b>	<b>PLACA</b>
01	REB/MAS	GOLDLINE 05 T	REBOCAR	2012	9A9BC0511CTDH8611	OFF 8384
02	REB/MAS	GOLDLINE 05 T	REBOCAR	2012	9A9BC0511CTDH86122012	OFF 8394
03	REB/MAS	GOLDLINE 05 T	REBOCAR	2012	9A9BC0511CTDH86082012	OFF 8434
04	REB/MAS 05	GOLDLINE 05 T	REBOCAR	2012	9A9BC0511CTDH8610	OFF 8444
05	REB/MAS	GOLDLINE 05 T	REBOCAR	2012	9A9BC0511CTDH86812012	OFG 8674
06	REB/MAS	GOLDLINE 05 T	REBOCAR	2012	9A9BC0511CTDH86062012	OFF 8414
07	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1000	OGD 2419
08	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1001	OGE 5429
09	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1002	OGE 5439
10	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1004	OGE 8459
11	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1005	OGE 8469
12	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1006	OGE 8499
13	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1007	OGE 8509
14	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1008	OGE 8529
15	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1009	OGE 5649
16	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1010	OGE 8439
17	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1011	OGE 5589
18	REB	REBOQUE EM CHAPA GALVANIZADA	BARCO 500	2013	98BRB1MCCDSXX1012	OGE 5549
19	REB/JET	*****	FREE HOBBY	2019	941A0561KKC001383	QSL 7E97
20	REB/JET	*****	FREE HOBBY	2019	941A0561KKC001500	QSL 7F37
21	REB/JET	*****	FREE HOBBY	2019	941A0561KKC001473	QSL 7E57
22	REB	*****	FREE HOBBY	2023	941A0431PPC000849	SLA 1D86
23	REB	*****	FREE HOBBY	2023	941A0431PPC000850	SLA 1E36
24	REB	*****	FREE HOBBY	2023	941A0431PPC000851	SLA 1E56



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AT - AUTO TANQUE**

nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	AT 04	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB008733	QFG 4558
02	AT 05	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB008306	QFG 4498
03	AT 06	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB007925	QFG 4568
04	AT 07	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB010053	QFG 4528
05	AT 08	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB007941	QFG 4578
06	AT 09	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB010008	QFJ 6778
07	AT 10	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB008703	QFJ 6808
08	AT 11	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB008706	QFJ 6818
09	AT 12	M. BENZ	ATRON 2324	2015	9BM695304FB008295	QFJ 6798
10	AT 13	VOLVO FM	370 6X2T	2007	9BVJM30C4BE769332	NWM 7982

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO UTV - VEÍCULO UTILITÁRIO**

nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA	PATRIMÔNIO
01	UTV 01	CFMOTO	UFORCE 1000 XL	2023	LCELV1ZAXR6001814	*****	48330
02	UTV 02	CFMOTO	UFORCE 1000 XL	2023	LCELV1ZA3R6001816	*****	48331

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO AQS - QUADRICICLO**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA	PATRIM.
01	AQS 01	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001677	****	46244
02	AQS 02	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001683	****	46245
03	AQS 03	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001678	****	46246
04	AQS 04	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001687	****	46247
05	AQS 05	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001688	****	46248
06	AQS 06	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001675	****	46249
07	AQS 07	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001676	****	46250
08	AQS 08	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001689	****	46251
09	AQS 09	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001691	****	46252
10	AQS 10	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001692	****	46253
11	AQS 11	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001680	****	46254
12	AQS 12	CFORCE	CFORCE 520	2019/20	LCELDTZA7L6001682	****	46255
13	AQS 13	CFORCE	CFORCE 520	2020/21	LCELDTZA1M6002177	QDR 0013	46846
14	AQS 14	CFORCE	CFORCE 520	2020/21	LCELDTZA1M6002176	QDR 0014	46847
15	AQS 15	CFORCE	CFORCE 520	2020/21	LCELDTZA1M6002174	QDR 0015	46848
16	AQS 16	CFORCE	CFORCE 520	2020/21	LCELDTZA1M6002186	QDR 0016	46849



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293



**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO REBOQUE - CASCATA MÓVEL**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA	PATRIM.
01	*****	RESGATECNICA	SCOT LIBERTY II	2022	9A9A0412NNPCU1011	SKW 9J79	47446
02	*****	RESGATECNICA	SCOT LIBERTY II	2022	9A9A0412NNPCU1005	SKW 5G39	47447
03	*****	RESGATECNICA	SCOT LIBERTY II	2022	9A9A0412NNPCU1007	SKW 5G29	47448
04	*****	RESGATECNICA	SCOT LIBERTY II	2022	9A9A0412NNPCU1008	SKW 5G49	47487

**RELAÇÃO DE REBOQUES PARA OS QUADRICICLOS DO CBMPB**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA	PATRIM.
01	S/P	R/TX MOTO	REB. PRANCHA	2020	9E0CACTX1LCPE0302	QFG 0G22	46259
02	S/P	R/TX MOTO	REB. PRANCHA	2020	9E0CACTX1LCPE0303	QFG 0G32	46260
03	S/P	R/TX MOTO	REB. PRANCHA	2020	9E0CACTX1LCPE0304	QFF 9C42	46492
04	S/P	R/TX MOTO	REB. PRANCHA	2020	9E0CACTX1LCPE0305	QFG 2G02	46493
05	S/P	R/TX MOTO	REB. PRANCHA	2020	9E0CACTX1LCPE0306	QFG 0G92	46258
06	S/P	R/TX MOTO	REB. PRANCHA	2020	9E0CACTX1LCPE0185	QSL 2A44	46494
07	S/P	R/FALCON	REB. PRANCHA	20/21	9A9CA0610MCFA5033	QFI 6C62	46689
08	S/P	R/FALCON	REB. PRANCHA	20/21	9A9CA0610MCFA5032	QFI 6C42	46688
09	S/P	R/FALCON	REB. PRANCHA	20/21	9A9CA0610MCFA5031	QFC 1C01	46691
10	S/P	R/FALCON	REB. PRANCHA	20/21	9A9CA0610MCFA5034	QFI 6C52	46690

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO ABTF - AUTO BOMBA TANQUE FLORESTAL**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	ABTF 01	M. BENZ	ATEGO	2022	9BM958078NB232337	RLY 1F66
02	ABTF 02	M. BENZ	ATEGO	2022	9BM958078NB240383	QFH 4E21
03	ABTF 03	M. BENZ	ATEGO	2022	9BM958078NB236851	QFH 4E01
04	ABTF 04	M. BENZ	ATEGO 1729 TRIEL	2022	9BM958078NB284506	SKY 5B05

**RELAÇÃO DE VIATURAS DO CBMPB DO TIPO ABTS - AUTO BOMBA TANQUE E SALVAMENTO**

Nº	PREFIXO	MARCA	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA
01	ABTS 01	M. BENZ	ATEGO 1729	2022	9BM958154NB286489	SLE 0B60
02	ABTS 02	M. BENZ	ATEGO 1729	2022	9BM958154NB285674	SLE 0B30
03	ABTS 03	M. BENZ	ATEGO 1729	2022	9BM958154NB286964	SLD 4C70
04	ABTS 04	M. BENZ	ATEGO 1729	2022	9BM958154NB285871	SLE 0B90
05	ABTS 05	M. BENZ	ATEGO 1729	2022	9BM958154NB285636	QFI 1C61
06	ABTS 06	M. BENZ	P320 TRIEL BOM	2023	9BSP4X200R4053936	SLF 0H04
07	ABTS 07	M. BENZ	P320 TRIEL BOM	2023	9BSP4X200R4053851	SLF 0G94
08	ABTS 08	SCANIA	P320 TRIEL BOM	2024	9BSP4X200R4076369	TOU 1J29
09	ABTS 09	SCANIA	P320 TRIEL BOM	2024	9BSP4X200R4076374	TOU1J29

**PEDRO VICENTE DA SILVA - 1º TEN QOEM**

Matricula 527.353-6



Assinado e datado via PBDoc



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:45hs.  
Documento Nº: 8298039-509 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298039-509>



CBMDIN202501293

	SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR COMANDO GERAL DAL	
---	--	---

### ANEXO III – ENDEREÇOS DOS LOCAIS ADMINISTRADOS PELAS CRBM's

• **1º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR – CRBM – Sede em João Pessoa/PB**

Unidade	Endereço com Telefone
Sede 1ª CRBM	- <b>Endereço: Av. Tabajaras nº 1060 – Centro – João Pessoa-PB – CEP: 58.013-270 – João Pessoa-PB;</b> - Organização: 1º BBM (João Pessoa), BBS (João Pessoa), BAPH (João Pessoa), 1ª CIBM (Cabedelo); - Área de responsabilidade: 10 municípios;
1º Batalhão de Bombeiros Militar	-Subordinação: 1º Comando Regional Bombeiro Militar (1º CRBM); - <b>Endereço: Rua Joana Moreira Machado, S/N, Mangabeira VII, João Pessoa – PB., CEP 58.058-850;</b> - Área de responsabilidade: João Pessoa, Bayeux, Conde, Pitimbu, Alhandra, Caaporã, Santa Rita e Pedras de Fogo;
8º Batalhão de Bombeiros Militar	Subordinação: 1º Comando Regional Bombeiro Militar (1º CRBM); - <b>Endereço: Rua Doutor Orestes Lisboa S/nº Conjunto Pedro Gondim, 58.031-090 – João Pessoa- PB;</b> - Área de responsabilidade: João Pessoa, Bayeux, Conde, Pitimbu, Alhandra, Caaporã, Santa Rita e Pedras de Fogo;
9º Batalhão de Bombeiros Militar	-Subordinação: 1º Comando Regional Bombeiro Militar (1º CRBM); - Data de Inauguração: 16 de agosto 1998; - <b>Endereço: Av. Cabo Branco, Nº 2838, Cabo Branco, João Pessoa – PB. CEP: 58.045-010;</b> - Área de responsabilidade: João Pessoa, Bayeux, Conde, Pitimbu, Alhandra, Caaporã, Santa Rita e Pedras de Fogo;
1ª Companhia Independente Bombeiro Militar	Subordinação: 1º Comando Regional Bombeiro Militar (1º CRBM); - <b>Endereço: Rua: Prefeito Enivaldo Figueiredo de Miranda, Nº 70, Centro – Cabedelo – PB. CEP: 58.310- 00;</b> - Área de responsabilidade: Cabedelo e Lucena.;

• **2º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR – CRBM – Sede em Campina Grande/PB**

Unidade	Endereço com Telefone
Sede 2ª CRBM	Subordinação: Comando Geral; - <b>Endereço: Avenida Professor Almeida Barreto, nº 428, Bairro São José, CEP: 58.400-328, Campina Grande-PB;</b> - Organização: 2º BBM (Campina Grande), 7ª CIBM (Sumé) e 8ª CIBM (Juazeirinho) - Área de responsabilidade: 69 municípios;



2º Batalhão de Bombeiro Militar	<p>-Subordinação: 2º Comando Regional Bombeiro Militar (2º CRBM);</p> <p>- <b>Endereço: Avenida Professor Almeida Barreto, nº 428, Bairro São José.Campina Grande-PB, CEP 58.400-328;</b></p> <p>- Área de responsabilidade: Campina Grande, Alagoa Nova, Areia, Algodão de Jandaíra, Areial, Barra de Santa Rosa, Baraúnas, Cuité, Esperança, Lagoa Seca, Lagoa da Roça, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Nova Floresta, Nova Palmeira, Pocinhos, Puxinanã, Pedra Lavrada, Picuí, Pararí, Remigio, São José do Sobogi, Sossego, Seridó.</p>
7º Batalhão de Bombeiros Militar	<p>-Subordinação: 2º Comando Regional Bombeiro Militar (2º CRBM);</p> <p>- <b>Endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 1045 – Malvinas, Campina Grande/PB, CEP: 58432-809;</b></p> <p>- Área de responsabilidade: Campina Grande, Boa Vista, Queimadas, Alcantil, Aroeiras, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caturité, Fagundes, Gado Bravo, Natuba, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, São Domingos do Cariri e Umbuzeiro.</p>
7ª Companhia Independente Bombeiro Militar	<p>-Subordinação: 2º Comando Regional Bombeiro Militar (2º CRBM);</p> <p>- <b>Endereço: Rua Adamastor Gomes de Araújo, S/Nº – Carro Quebrado, CEP 58540-000 – Sumé-PB;</b></p> <p>- Área de responsabilidade: Amparo, Camalaú, Caraúbas, Congo, Coxixola, Gurjão, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé e Zabelê</p>
8ª Companhia Independente Bombeiro Militar	<p>-Subordinação: 2º Comando Regional Bombeiro Militar (2º CRBM);</p> <p>- <b>Endereço: BR-230, Nº 31, CEP 58.660-000, Juazeirinho - PB;</b></p> <p>- Área de responsabilidade: Juazeirinho, Assunção, Cubati, Livramento, Olivedos, Salgadinho, Santo André, São Vicente do Seridó, Soledade, Taperoá e Tenório</p>
2ªCompanhia Bombeiro Militar do 2ºBatalhão de Bombeiros Militar - 2ªCBM/2ºBBM	<p>Subordinação: 2º Batalhão de Bombeiros Militar (2ºBBM) do 2º Comando Regional Bombeiro Militar (2º CRBM);</p> <p>- <b>Endereço: Rua Ministro José Américo de Almeida, S/N - Bairro Jaime Pereira, Cuité-PB. 58.175-000, Cuité - PB;</b></p> <p>-Organização: Companhia Operacional</p> <p>- Área de responsabilidade: 13ª AISP - Barra de Santa Rosa, Damião, Sossego, Cuité, Nova Floresta, Baraúna, Picuí, Frei Martinho, Nova Palmeira e Pedra Lavrada.</p>



• **3º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR – CRBM – Sede em Patos/PB**

<b>Unidade</b>	<b>Endereço com Telefone</b>
Sede 3ª CRBM	Subordinação: Comando Geral; - <b>Endereço: Rua do Prado, 968, Bairro da Liberdade, CEP 58.000-703, Patos-PB;</b> - Organização: 4º BBM (Patos), 5º BBM (Cajazeiras), 6º BBM (Sousa), 2º CBM/6º BBM (Pombal), 2ª CIBM (Catolé do Rocha) 4ª CIBM (Itaporanga) e 5ª CIBM (Princesa Isabel) - Área de responsabilidade: 88 municípios;
4º Batalhão de Bombeiro Militar	-Subordinação: 3º Comando Regional Bombeiro Militar (3º CRBM); - <b>Endereço: Rua Francisco Marcelino de Moraes, sn, Belo Horizonte, Patos-PB. CEP 58.704-272;</b> - Área de responsabilidade: Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Condado, Desterro, Junco do Seridó, Mãe D'água, Malta, Maturéia, Passagem, Patos, Quixaba, Santa Luzia, Santa Terezinha, Santana dos Garrotes, São José de Espinharas, São José do Bomfim, São José do Sabugi, São José de Caiana, São Mamede, Serra Grande, Teixeira, Várzea e Vista Serrana.
5º Batalhão de Bombeiros Militar	-Subordinação: 3º Comando Regional Bombeiro Militar (3º CRBM); - <b>Endereço: Avenida Comandante Vital Rolim N° 1044, centro, Cajazeiras, PB. CEP: 58.900- 000;</b> - Área de responsabilidade: Bernadino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Carrapateira, Joca Claudino, Monte Horebe, Triunfo, Poço José de Moura, Poço Dantas, Santa Helena, São João do Rio Do Peixe, Uiraúna, Conceição;
6º Batalhão de Bombeiro Militar	-Subordinação: 3º Comando Regional Bombeiro Militar (3º CRBM); - <b>Endereço: Rua Sinfrônio Nazaré, N° 99, Bairro Estreito, Sousa-PB. CEP: 58.800-788;</b> - Área de responsabilidade: Sousa, Aparecida, São Francisco, Santa Cruz, Marizópolis, Vieirópolis, Lastro, São José da Lagoa Tapada e Nazarezinho;
2º Companhia Bombeiro Militar/6ºBBM	Subordinação: 6º Batalhão de Bombeiro Militar (6º BBM); - <b>Endereço: Rua: Antonio Ferreira s/n, Centro, Pombal-PB. CEP: 58.840-000;</b> - Área de responsabilidade: Cajazeirinhas, Lagoa, Paulista, Pombal, São Bentinho e São Domingos;
2ª Companhia Independente Bombeiro Militar	- Subordinação: 3º Comando Regional Bombeiro Militar (3º CRBM); - <b>Endereço: Av Senador Rui Carneiro, S/N, Bairro do Corrente, Catolé do Rocha-PB. CEP: 58.884-000;</b> - Área de responsabilidade: Catolé do Rocha, São Bento, Belém do Brejo do Cruz, Brejo do Cruz, São José do Brejo do



	Cruz, Riacho dos Cavalos, Jericó, Bom Sucesso, Brejo dos Santos e Mato Grosso;
4ª Companhia Independente Bombeiro Militar	-Subordinação: 3º Comando Regional Bombeiro Militar (3º CRBM); - <b>Endereço: Rua Silvino da Fonseca, s/n, Centro, Itaporanga –PB. CEP 58.780-000;</b> - Área de responsabilidade: Aguiar, Boa Ventura, Catingueira, Conceição, Coremas, Curral Velho, Diamante, Emas, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Nova Olinda, Olho D'água, Pedra Branca, Piancó, Santa Inês, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, São José de Caiana E Serra Grande;
5ª Companhia Independente Bombeiro Militar	-Subordinação: 3º Comando Regional Bombeiro Militar (3º CRBM); - <b>Endereço: Rua José Wilson Campos, s/n, Bairro: Maia, Princesa Isabel –PB. CEP 58.755- 000;</b> - Área de responsabilidade: Água Branca, Imaculada, Juru, Princesa Isabel, Manaíra, São José de Princesa, Tavares.
2º Pelotão de Combate a Incêndio - 2ºPCI/2ªCIBM	-Subordinação: 2ª Companhia Independente de Bombeiro Militar (2ªCIBM) do 3ºComando Regional Bombeiro Militar (3ºCRBM); - <b>Endereço: Loteamento Silvio Cassimiro, Santo Antônio, PB 293 s, São Bento, Paraíba, Brazil 58.865-00</b> -Organização: Pelotão Operacional - Área de responsabilidade: 18ª AISP - DISP 62 - São Bento, Paulista, Brejo do Cruz, Belém do Brejo do Cruz e São José do Brejo do Cruz

• **4º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR – CRBM – Sede em Centro – Guarabira - PB**

Unidade	Endereço com Telefone
Sede 4ª CRBM	- <b>Endereço: Rua Almeida Barreto Nº 246, Centro, CEP: 58.200-000, Guarabira- Pb;</b> - (Mamanguape), 6ª CIBM (Itabaiana) e 9ª CIBM (Sapé) - Área de responsabilidade: 57 municípios;
3º Batalhão de Bombeiro Militar	-Subordinação: 4º Comando Regional Bombeiro Militar (4º CRBM); - <b>Endereço: Rua Almeida Barreto Nº 246, Centro – Guarabira- PB, CEP: 58.200-000;</b> - Área de responsabilidade: Guarabira, Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Arara, Araruna, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Caiçara, Casserengue, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Juarez Távora, Logradouro, Mulungu, Pilões, Pilõesinhos, Pirpirituba, Riachão, Serra da Raiz, Serraria, Sertãozinho, Solânea e Tacima;
3ª Companhia Independente Bombeiro Militar	-Subordinação: 4º Comando Regional Bombeiro Militar (4º CRBM); - <b>Endereço: Rua do Arame, s/n, Bairro Nossa Senhora da</b>



	<p><b>Penha, Mamanguape-PB. CEP 58.280-000;</b></p> <p>- Área de responsabilidade: Mamanguape, Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Lagoa de Dentro, Marcação, Mataraca, Pedro Regis e Rio Tinto;</p>
6ª CIBM – Cia Bombeiro Militar	<p>-Subordinação: 4º Comando Regional Bombeiro Militar (4º CRBM);</p> <p>- <b>Endereço: Estrada Jucuri, S/Nº, Jucuri – Itabaiana-PB, CEP: 58360-000;</b></p> <p>- Área de responsabilidade: Itabaiana, Caldas Brandão, Gurinhém, Ingá, Itatuba, Juripiranga, Mogeiro, Pilar, Riachão do Bacamarte, São Miguel de Itaipu, Salgado de São Félix, São José dos Ramos e Serra Redonda</p>
9ª Companhia Independente Bombeiro Militar	<p>Subordinação: 4º Batalhão de Bombeiro Militar (4º BBM);</p> <p>- <b>Endereço: PB 073, Km 12, Bela Vista, Sapé- PB. CEP: 58.340-000;</b></p> <p>- Área de responsabilidade: Sapé, Cruz do Espírito Santo, Marí, Riachão do Poço e Sobrado;</p>

**PEDRO VICENTE DA SILVA - 1º TEN QOEM**  
Matrícula 527.353-6  
Assinado e datado via PBDoc



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA em 23/07/2025 - 11:46hs.  
Documento Nº: 8298067-1582 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8298067-1582>



CBMDIN202501294

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB/FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.901.000036.2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº <NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB/FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS E A EMPRESA <NomeEmpresa>.**

O Estado da Paraíba, por intermédio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB/FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria\_AtoGovernamental> de <DataPortaria\_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria\_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 23.901.000036.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 243/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E DE HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;





1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de divulgação no PNCP, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ <ValorMensualContratado> (<ValorMensualContratadoExtenso>), perfazendo o valor total de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme previsto no Termo de Referência, anexo a este Contrato;
- 9.24. Realizar a transição contratual conforme previsto no Termo de Referência, anexo a este Contrato;
- 9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 9.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia> em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor {Inicial\_Total\_Anual} do contrato.
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato\_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual}, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6., observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco}, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.





- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);





- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - iv. Multa:
    - (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
    - [ (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. ]
    - [ a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. ]
    - (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.
    - (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.
    - (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.
    - (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.
    - (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade:
- II) Fonte de Recursos:
- III) Programa de Trabalho:
- IV) Elemento de Despesa:
- V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>  
{Orgao}

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalEmpresa>  
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS e/ou ICMS, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

---

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

*Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;*

*No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;*

ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)



**ANEXO VI****Planilha de Custos e Formação de Preço**

	<b>Descrição</b>	<b>Percentual sobre o valor da proposta</b>	<b>Valor R\$</b>
I	Mão-de-obra especializada [especificar a(s) categoria(s) profissional(is)]		
II	Produtos e outros materiais necessários (listar os produtos/materiais utilizados)		
III	Ferramentas e equipamentos (listar de forma sintética)		
IV	Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc)		
V	Despesas Administrativa-operacionais (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep. jurídico, etc.)		
VI	Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional (especificar o percentual para cada imposto, separadamente)		
VII	Lucro		
<b>TOTAL DO CONTRATO</b>		<b>100 %</b>	

**Orientações para o preenchimento da planilha:**

- a) A tabela acima deve ser utilizada como orientação, **podendo haver acréscimos de linhas e/ou colunas**, conforme a necessidade para melhor esclarecimento dos valores propostos.
- b) As descrições acima são meras contas sintéticas, devendo ser lançadas as contas analíticas para análise quanto aos **cumprimentos legais vigentes**.

Ex: **Mão de Obra especializada**: relacionar todas as categorias profissionais que serão utilizadas na execução do objeto com o respectivo piso salarial; **Outros insumos**: relacionar o que compõe a conta.

**Tributos**: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional

**Simples Nacional:** indicar que é beneficiário e o seu respectivo percentual.

**Local, dia, mês e ano.**  
**assinatura**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**  
**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PROCESSO**

**PBDOC Nº CBM-PRC-2025/00222**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

**1.1** O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo subsidiar o processo de licitação que visa manter o gerenciamento de viaturas do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. O CBMPB desempenha um papel essencial na preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente. Para que sua atuação seja eficaz e ágil, é imprescindível que os recursos logísticos estejam organizados de forma estratégica e eficiente, especialmente no que diz respeito às viaturas operacionais. Nesse contexto, a implantação e manutenção de um serviço estruturado de gerenciamento de viaturas se mostram fundamentais para garantir a prontidão, a segurança e a eficácia das operações da corporação.

O gerenciamento de viaturas permite um controle rigoroso sobre a frota, desde a manutenção preventiva, corretiva e até fornecimento de peças. Esse controle sistemático assegura que os veículos estejam sempre em condições ideais de funcionamento, reduzindo falhas mecânicas durante ocorrências e aumentando a vida útil dos equipamentos. Além disso, possibilita a otimização de recursos públicos ao evitar gastos desnecessários com reparos emergenciais ou substituições precoces.

**Observação:** A frota do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) é composta por diversos modelos de viaturas. São consideradas viaturas operacionais do CBMPB todos os veículos que transportam os bombeiros militares e/ou equipamentos para diversas ocorrências, incluindo os de uso aquático, como barcos, botes infláveis, motos aquáticas, entre outros.

**2. ÁREA(S) REQUISITANTE(S)**

**2.1.** Todas os Comandos Regionais Bombeiro Militar que administram as áreas de atuação do CBMPB ao longo do território paraibano.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A presente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, corretiva e de zelo, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimento credenciados, com a finalidade de alcançar maior presteza e eficiência na realização de serviços afetos a conservação da frota de veículos e equipamentos do CBMPB, primando-se pela otimização da qualidade no trato com o bem público com estreita observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e economicidade.

A contratação de um serviço especializado para administrar as viaturas do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) se mostra imprescindível diante da abrangência de sua atuação, que contempla unidades administrativas e operacionais distribuídas em todo o território paraibano, com cobertura de 223 municípios e totalizando 373 viaturas que fazem parte da frota próprias da instituição. A gestão integrada desses veículos é fundamental para garantir a disponibilidade operacional, o controle de manutenções preventivas e corretivas, a padronização de procedimentos logísticos e a eficiência no uso dos recursos públicos. A ausência de um gerenciamento centralizado e técnico pode comprometer a prontidão e a capacidade de resposta das guarnições, impactando diretamente na segurança e no atendimento à população.



Além disso, o gerenciamento das viaturas permitirá o acompanhamento em tempo real de indicadores essenciais, como quilometragem, consumo de combustível, ciclos de manutenção e tempo de resposta, possibilitando uma gestão estratégica baseada em dados. Isso viabiliza o planejamento assertivo de substituições e deslocamentos, a redução de custos operacionais e a prolongação da vida útil da frota. Com tal estrutura, o CBMPB assegura que seus recursos logísticos estejam sempre alinhados às demandas emergenciais e às peculiaridades geográficas do Estado, potencializando a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à sociedade paraibana.

#### Da natureza dos serviços:

- 3.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção do objeto da contratação em tela pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e, por conseguinte, sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, visto que sua manutenção contínua é imprescindível, uma vez que está voltado para o funcionamento das rotinas administrativas do Órgão.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Para o fornecimento dos bens pretendidos os interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021 e as condições que vierem a ser dispostas no Termo de Referência.
- 4.2. A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (concessionárias, oficinas automotivas, retífica e distribuidor de peças) sendo ao menos quando possível duas multimarcas para os veículos da contratante na cidade sede em João Pessoa/PB e nas e duas multimarcas para cada uma das 04 Unidades Administrativas do CBMPB distribuídas ao logo das áreas de atuação na Paraíba, e em todo Território Nacional, devendo, além disso, promover o credenciamento de outro, a pedido da Contratante, de acordo com as necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesse público para o zelo (patrimônio) e a perfeita trafegabilidade dos veículos:
- 4.3. A abrangência em território nacional, se dar em razão de pesquisas de preços que podem ser realizadas com redes credenciadas junto a contratada em todo território nacional, na intenção de levantamento de mercado para a prestação de serviços e fornecimento de peças e acessórios, quando for o caso, que pode ocorrer custo/benefício para a Contratante. Além de exercer os princípios da competitividade e economicidade através de cotação de preços mediante sistema informatizado da Contratada.

4.3.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA – compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis e máquinas rodoviárias, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da Contratante;

4.3.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PESADA – Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de veículos e máquinas rodoviárias, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais;

4.3.3. Reboque de veículos e máquinas rodoviárias (assistência 24 horas) em caso de acidente ou pane, em território nacional, sem franquia quilométrica;

4.3.4. Aspiração, lavagem, e estacionamento, serviços conexos à manutenção do zelo e preservação do bem material, serviços contratados conforme a necessidade do CBMPB. Acertos promovidos entre Contratante e Contratada;



4.3.5. Treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta, a serem realizados na instalação do Quartel do Comando Geral (QCG) do CBMPB, em João Pessoa/PB num prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais dos usuários.

4.3.6. A Contratada deverá tornar disponível à Contratante, sendo considerado como base operacional as instalações na 1º CBMPB em João Pessoa/PB, sistema em ambiente

WEB, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

4.3.6.1. Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;

4.3.6.2. Recebimento de orçamento on-line/real time;

4.3.6.3. Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;

4.3.6.4. Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;

4.3.6.5. Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;

4.3.6.6. Sistemas Integrados de Informações, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais;

4.3.6.7. Sistemas Tecnológicos Integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparação e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos e máquinas rodoviárias da frota da Contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administra;

4.3.6.8. Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional, e em especial, cada cidade citada pela Contratante, preparada para aceitar transações com os cartões/senhas dos usuários do sistema;

4.3.6.9. Banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados e despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço.

4.3.7. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão obrigatoriamente incluir, entre outros, os seguintes itens: lubrificantes, capotaria, borracharia, vidraçaria, serviços completos de oficina mecânica, elétrica, funilaria, pintura, retífica, balanceamento, cambagem, alinhamento e fornecimento de peças e acessórios imprescindível à execução destes serviços;

4.3.8. Os prazos para execução dos reparos necessários nos veículos, devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenção preventiva) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da comunicação do Fiscal do Contrato.

#### **Sustentabilidade:**

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e observado a legislação estadual:

4.4.1. Adoção de critérios ambientais, sociais e econômicos nas contratações, considerando todo o ciclo de vida dos produtos ou serviços;

4.4.2. Preferência por produtos e serviços que apresentem menor impacto ambiental e social;

4.4.3. Estímulo à inovação tecnológica e à adoção de práticas sustentáveis pelos fornecedores;



4.4.4. Transparência e publicidade nas contratações, incluindo a divulgação dos critérios de seleção e avaliação dos fornecedores;

4.4.5. Soluções que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

#### Da Garantia Contratual:

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas no termo de referência e/ou nas cláusulas do contrato.

#### Indicação de marcas ou modelos

4.6. Na presente contratação não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

### 5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. Consta no Plano de Contratação Anual – PCA 2024, estando assim alinhada com o planejamento deste órgão.

### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução como um todo, foi baseada na análise da vantajosidade e dos aspectos técnicos e econômicos da solução, no qual abrange a CONTRATAÇÃO de serviços técnicos especializados, com utilização de sistema informatizado via internet, conectado à rede de estabelecimentos credenciados, para gerenciamento, controle e execução de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, em todas as áreas afeitas à conservação e restauração veicular e equipamentos rodoviários, para a frota de veículos e equipamentos oficiais do Órgão, conforme especificações, detalhamento, quantitativos, condições e exigências, contidas no Termo de Referência e seus anexos.

6.2. Entende-se que a prestação desse serviço, objeto da contratação são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, através de sistema informatizado via internet, conectado à rede de estabelecimentos credenciados, visando assim atender de forma eficiente e satisfatória a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, caso contrário, poderia implicar uma complexa logística para os fiscais contratuais e uma paralização desnecessária de nossa frota, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade. A contratação permitirá à Administração uma maior economia e agilidade ao órgão, dessa forma, trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços separado, por fornecedores diferentes.

6.3. Sendo assim, a aquisição do objeto será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no do tipo MAIOR DESCONTO, nos termos do inciso XLI, art. 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021:

art. 6º [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; [...]

[...]

art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (grifo nosso)



## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Código	Unidade de medida	Quantidade	Descrição	Valor Unitário
1.0	132503	UND	1	CONTRATAÇÃO de serviços técnicos especializados, com utilização de sistema informatizado via internet, conectado à rede de estabelecimentos credenciados, para gerenciamento, controle e execução de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, em todas as áreas afeitas à conservação e restauração veicular e equipamentos rodoviários, para a frota de veículos e equipamentos rodoviários oficiais do Órgão, conforme especificações, detalhamento, quantitativos, condições e exigências, contidas no Termo de Referência.	RS 2.353.618,68

- 7.1. O critério utilizado para se apurar a quantidade pretendida leva-se em consideração que o CBMPB, como todo sistema governamental, tem uma estrutura muito complexa e interdependente, atualmente temos uma ampla frota de 373 veículos próprios do órgão, que contribuem para o bom desempenho das atividades de competência do órgão junto as suas unidades administrativas, para que assim possamos realizar satisfatoriamente os trabalhos de manutenção, fiscalização, administrativos e logístico de manutenção e conservação da extensa malha rodoviária do Estado da Paraíba, fazendo-se necessário a manutenção corretiva e preventiva dos veículos e máquinas, contando, bem como outros que vierem a ser incorporados à frota na vigência do contrato, tornando assim o valor estimado indispensável.

## 8. LEVANTAMENTO MERCADOLÓGICO

- 8.1. Para o atendimento da demanda apresentada, o Corpo de Bombeiro Militar da Paraíba - CBMPB realizou um levantamento de mercado visando identificar as alternativas viáveis para contratações que atendam à necessidade exposta. Foram analisados diferentes cenários e estratégias de contratação avaliadas a seguir, constando de justificativa técnica e econômica que fundamenta a escolha mais viável disponível. A pesquisa foi conduzida por meio da análise de dados do Painel de Preços do Governo Federal e ferramenta banco de preços e levantamento de preços de contratações similares realizadas por outras administrações públicas.

### 8.2. Das alternativas de mercado:

#### 8.2.1. Para contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, corretiva e de higienização de veículos por Licitação própria do CBMPB

- 8.2.1.1. Uma alternativa para o CBMPB é realizar uma licitação própria para contratação de empresa que preste o serviço de gerenciamento das viaturas da instituição. Essa opção daria à corporação a liberdade de escolher as condições do contrato que melhor atendem às suas necessidades, podendo detalhar as especificações e garantir que o serviço adquirido seja exatamente aqueles exigidos para a instituição. Além disso, uma licitação própria oferece a oportunidade de selecionar o fornecedor mais adequado, levando em consideração o preço, a qualidade e as condições de realização do serviço. Caso o processo licitatório seja bem conduzido, essa alternativa pode resultar em uma boa negociação, com condições favoráveis tanto no custo econômico quanto na qualidade do serviço. Essa solução não só atende à demanda atual, mas também prevê o crescimento da corporação a longo prazo, com maior eficiência e controle da administração de suas frotas tendo uma maior disponibilidade de viaturas em condições de atendimento a sociedade.



**8.2.2. Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) para contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, corretiva e de higienização de veículos**

**8.2.2.1.** A adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) para a contratação de serviços de gerenciamento de viaturas apresenta-se como uma alternativa estratégica para o Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB), permitindo a obtenção de soluções já licitadas e homologadas por outro órgão, com garantia de economicidade, celeridade e segurança jurídica. Esse modelo possibilita a contratação de um serviço especializado sem a necessidade de instaurar um novo procedimento licitatório, otimizando recursos administrativos e financeiros, além de assegurar que os requisitos técnicos e operacionais já tenham sido devidamente avaliados e aprovados no certame originário.

No entanto, a utilização da Ata de Registro de Preços (ARP) exige que haja fornecedores registrados no objeto de interesse. Nesse contexto, não foi encontrada ARP disponível para adesão nos moldes da necessidade da instituição, tendo em vista que se trata de um serviço dimensionado especificamente para o CBMPB, não sendo possível adotar essa alternativa para solucionar as demandas.

**8.2.3.** As demais formas de alternativas, tal como parcerias e convênios com outros corpos de Bombeiros ou Organizações, não atendem as demandas do CBMPB tendo em vista a especificidade das condições da proposta da instituição, assim como a complexidade e abrangência do serviço a ser prestado.

**8.2.4. Conclusão**

**8.2.4.1.** Após a análise das alternativas apresentadas, a licitação própria para contratação de empresa que preste o serviço de gerenciamento das viaturas da instituição se destaca como a solução mais vantajosa para o CBMPB. Essa alternativa não apenas garante a contratação do serviço altamente especializadas e adequados às necessidades operacionais e administrativas da corporação, mas também proporciona um controle das condições e exigências no processo de contratação.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** A contratação está estimada em R\$ 2.353.618,68 (dois milhões trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos).

**9.2.** O valor estimado da contratação foi elaborado seguindo as diretrizes do Decreto Estadual nº 42.967/22, coadunado com o disposto no § 1º do art. 23 da Lei 14.133/21.

**9.3.** A pesquisa de preços tem como base o último contrato nº 0005/2020 firmado com este FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS no valor estimado de R\$ 2.353.618,68 (dois milhões trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos), estando o mesmo em seu último Aditivo de prazo para prestação dos serviços e que atende atualmente a estimativa de 373 veículos pertencentes ao CBMPB conforme anexo II. Dessa forma, sendo essencial o valor estimado para atender as manutenções preventiva e corretiva de todos os veículos e equipamentos que compõem a frota do órgão. Vale salientar que é imprescindível a realização de manter os veículos e máquinas em bom estado de conservação através das manutenções, para garantir segurança e viabilidade na execução dos trabalhos de competência deste órgão.





9.4. Considerando o Percentual de Desconto, estimamos a média de 11,00%, conforme pesquisas realizadas através do Sistema Gestor de Compras do Estado da Paraíba - SGC, através do processo: **32.205.000005.2024** (pesquisas de preços em anexos, seguidos do Estudo Técnico Preliminar), com as empresas relacionada abaixo, conforme o Objeto em questão é similar o que visa a se contratar.

Pesquisas no Sistema Gestor de Compras do Estado da Paraíba, através do processo: <b>32.205.000005.2024</b>	Percentual de Desconto
MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA, CNPJ: 27.284.516/0001-61	-15%
IT. INFORMATION TECHNOLOGY COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ 12.231.780/0001-95	-15%
BAMEX CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 28.008.410/0001-06	-3%
<b>MÉDIA DESCONTO</b>	<b>11%</b>

#### 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. De acordo com o art. 47 da Lei 14.133/2021 as licitações de serviços deverão atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, devendo ser considerados: a responsabilidade técnica; o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.2. A Súmula 247 do TCU nos orienta neste sentido:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

10.3. De forma imperativa, o parcelamento é a regra, embora somente seja obrigatório se houver vantagem para a Administração, devidamente justificada no processo.

10.4. No caso em tela, considerando que a licitação se destina a contratação de apenas um item e com ampla concorrência, fica dispensada esta justificativa.





SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO GERAL – DAL



GOVERNO  
DA PARAÍBA

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)**

11.1 Não se faz necessária, ainda, a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objeto desta contratação seja atingido.

#### **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (ART. 18, § 1º, X, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)**

12.1 Considerando que o serviço a ser contratado é gerido através de plataforma digital acessível remotamente e executada por terceiros sob responsabilidade da gestora, não se identificam obrigações adicionais por parte da Administração que requeiram adaptações físicas ou obtenção de licenças.

#### **13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (ART. 18, § 1º, XII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)**

13.1 Visando minimizar os possíveis impactos que poderão advir da presente contratação, a Contratada deverá exigir de sua rede credenciada a observância do cumprimento das orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental em todas as fases da execução dos serviços.

#### **14. RESULTADOS PRETENDIDOS**

14.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

- a) Em relação à eficácia: atendimento no suporte às atividades do CBMPB com prestação de serviço que atendam às necessidades dos veículos na manutenção preventiva e corretiva adequada e contínuo dos equipamentos;  
Quanto à eficiência: assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros. Com a contratação, busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável. Dessa forma tendo o adequado atendimento de manutenções e conservação dos veículos da frota, para que possam executar os serviços de manutenção e conservação da extensa malha rodoviária do Estado da Paraíba.

#### **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAUJO BEZERRA em 16/09/2025 - 11:07hs.  
Documento Nº: 8815862-7804 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8815862-7804>



CBMDIN202501875



SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO GERAL – DAL



GOVERNO  
DA PARAÍBA

**15.1.** Considerando os pressupostos apresentados, considero a possível contratação viável, tendo em vista a descrição da necessidade apresentada, que conforme demonstrado no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação de Empresa para realização dos serviços constantes do objeto em epígrafe, mostra-se possível tecnicamente e é importante para eficiência da execução da demanda, no qual constitui área de competência legal do CBMPB.

João Pessoa - PB,

**Histórico de versões:**

**Criado em:** 21/03/2025

**Modificado em:** 16/09/2025

**Elaborado por:**

**PEDRO VICENTE DA SILVA - 1º TEN QOEM**  
Matrícula 527.353-6  
Responsável Técnico pela elaboração do TR  
Assinado e datado via PBDoc

Com base no art. 5º, § 7º da Instrução Normativa SEAD Nº 003/2023, **aprovo** o presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

**MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA – CEL QOEM**  
Matrícula - 516.508-3  
Comandante Geral do CBMPB  
Assinado e datado via PBDoc



Assinado com senha por [CBM40124] [SENHA] PEDRO VICENTE DA SILVA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAUJO BEZERRA em 16/09/2025 - 11:07hs.  
Documento Nº: 8815862-7804 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8815862-7804>



CBMDIN202501875

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90243/2025-000

1 - Itens da Licitação

1 - Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo

**Descrição Detalhada:** SERVIÇO técnico especializado, com utilização de sistema informatizado via internet, conectado à rede de estabelecimentos credenciados, para gerenciamento, controle e execução de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, em todas as áreas afeitas à conservação e restauração veicular e equipamentos rodoviários, para a frota de veículos e equipamentos rodoviários, conforme Termo de Referência.

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 1

**Critério de Julgamento:** Maior Desconto

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Total (R\$):** 2.353.618,68

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Intervalo Mínimo entre Lances (%):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** João Pessoa/PB (1)